



ontraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – PUC-SP

CONFLITO ENTRE OS FILHOS DA TERRA E AQUELES QUE A EXPLORAM

Violência descontrolada no Brasil
evidencia como o governo facilita
crimes e ações ilegais na floresta

Editorial

Mais um negro drama

Dia 25 de maio – mais um George Floyd assassinado. Após exatamente dois anos da tragédia em Minneapolis, um homem negro brasileiro foi morto pela violência policial. Genivaldo de Jesus Santos, neurodivergente de 38 anos. No estado de Sergipe (SE), cidade de Umbaúba, a Polícia Federal Rodoviária (PRF) o abordou pela infração gravíssima: pilotar moto sem capacete. Logo, penalizaram-no à mesma medida da gravidade do crime – morte por asfixia, igual ao laudo do afro-americano.

Genivaldo sofreu também de insuficiência respiratória aguda pelo uso de spray de pimenta, golpes imobilizadores (parecidos com a técnica do ex-policial Derek Chauvin em Floyd) e uma “câmara” de gás lacrimogêneo improvisada no porta-malas da viatura. O nome dessa operação da PRF é “Nordeste Seguro”. Seguro de quem? Pois o protetor usou o mesmo uniforme do assassino. Essa proteção policial reflete a política do Estado de exceção – descaso aos vulneráveis.

Os pés de Genivaldo eram movimentados pela agonia mortal do gás no camburão enquanto sua liberdade desaparecia com a consciência. Wallison de Jesus, sobrinho da vítima, gravou o que retratou como “tortura, e não abordagem”. Kleber Nascimento Freitas, Paulo Rodolpho Lima Nascimento e William de Barros Noia são os responsáveis pela letalidade policial no vídeo. O sobrinho ainda se questiona por que fizeram isso com o seu tio. Porém, não foi e/ou não será apenas com Genivaldo. O Brasil é um Estado de necropolítica.

Maio, mês da luta antimanicomial e abolição escravocrata. A violência policial sergipense assassinou um homem negro com esquizofrenia. Já a carioca, aprendeu com o passado. Logo fizeram uma chacina com vinte e três mortos na Vila Cruzeiro. Diferente de Jacarezinho, com 28 mortos em 2021. Vale ressaltar que a polícia cumpre as ordens do Estado, cuja base é a intervenção passiva dos brancos e conformismo das elites. Alguns vivem até morrer, mas os negros já estão mortos na vida.

PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitora Maria Amalia Pie Abib Andery
Pró-Reitor de Pós-Graduação Márcio Alves da Fonseca
Pró-Reitora de Graduação Alexandra Fogli Serpa Geraldini
Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Marcia Flaire Pedroza
Pró-Reitora de Educação Continuada Profa. Dra. Altair Cadrobbi Pupo
Pró-reitora de de Cultura e Relações Comunitárias Profa. Dra. Mônica de Melo
Chefe de Gabinete Mariangela Belfiore Wanderley

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretora Angela Brambillia P. Lessa
Diretor Adjunto Fabio Cypriano
Chefe do Departamento de Comunicação MiSake Tanaka
Vice-chefe do Departamento de Comunicação Mauro Peron
Coordenador do Curso de Jornalismo Diogo de Hollanda
Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo Maria Angela di Sessa

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann
Editora-assistente Rafaela Reis Serra
Fotografia Sophia Linares
Mídias Sociais Ramon Baratella

Editorias

Ambiental Camilo Mota
Cidades Evelyn Fagundes
Comportamento Gabriela Costa
Cultura Tabitha Ramalho
Direitos Humanos Danilo Zelic
Educação Andre Nunes

Esportes Maria Sofia Aguiar
Internacional Manuela Nicotero Pestana
Moda Malu Marinho
Política Hadass Leventhal

Revisão Carlos Gonçalves, Enrico Souto, Gabriel Porfirio Brito, Gabriela Costa, Giulia Aguilera, Isabela Mendes, Isabella Pugliese Vellani, João Curi, Laura Mariano, Manuela Nicotero Pestana, Sabrina Alvares, Maria Sofia Aguiar e Victoria Nogueira

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Fabio Cypriano, José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Ombudsman Marlyvan Moraes de Alencar

Foto da capa Sophia Linares

Projeto e diagramação Alline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo-SP
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 132 – Junho/Julho de 2022

Política

Desafios que extrapolam a sala de aula: as dificuldades vividas por estudantes bolsistas	4
A luta constante pelo espaço físico do Centro Acadêmico Benevides Paixão.....	5
Luta antimanicomial e a reinserção social de pessoas com transtornos na sociedade	6



© Anita Woge

Ambiental

Reféns do neoextrativismo: riquezas para poucos e desastres para todos	7
O abuso de poder do garimpo nas aldeias indígenas.....	8

Moda

Baile da Vogue: Um tributo à moda brasileira.....	12
Moda x Maternidade: as dificuldades e a revolução.....	14
O novo e o ousado para o inverno 2022	15

Internacional

A ameaça à lei do aborto nos Estados Unidos.....	10
--	----



© Robin Lubbock/WBUR

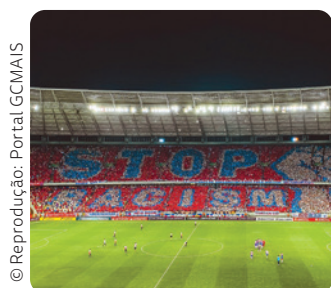
Ensaio de fotos	16
-----------------------	----



© Mariana Vianna/Divulgação

Cultura e comportamento

Cor, forma, identidade e Kobra.....	18
Raphael Escobar escuta e valoriza os moradores em situação de rua da 'cracolândia'.....	20
Festival de Parintins: a maior ópera a céu aberto do mundo.....	21
"Eu sou do GrimeBR, mas acima de tudo carioca, que é a minha cidade, minha vivência"	22
A ascensão do mercado de livros eróticos.....	23
Patrimônio brasileiro, Museu do Ipiranga reabrirá no Bicentenário da Independência.....	24
Após campanhas de incentivo, TSE comemora a marca de dois milhões de novos eleitores.....	26
Cinema Nacional sofre com sucateamento das políticas culturais.....	27
Medida Provisória e o mito da hospitalidade brasileira	28



© Reprodução: Portal GCM/IS

Esportes

NBA cresce no Brasil e populariza o basquete para além das quadras norte-americanas.....	31
A Impunidade de atos racistas no futebol	32
O futebol ainda é do povo?	34
Jogos de alto nível evidenciam despreparo e falta da profissionalização de árbitros no Brasil.....	36

Desafios que extrapolam a sala de aula: as dificuldades vividas por estudantes bolsistas

A graduação é uma grande etapa, mas para alguns se torna uma verdadeira luta



Protesto feito por estudantes bolsistas no Centro Acadêmico de Psicologia, na PUC-SP

Por Ana Beatriz Villela e Luísa Ayres
Dias de Oliveira

O ingresso em uma faculdade traz consigo, além da felicidade em cursar aquilo que gosta, inúmeras problemáticas – que são ainda maiores quando se trata dos alunos bolsistas.

A luta é pauta do Coletivo Da Ponte Pra Cá, “Frente Organizada de Bolsistas da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) que surgiu no segundo semestre de 2017, da união de dois antigos Coletivos de bolsistas: o ProUni-SE (Projeto Universitário de Suporte ao Estudante de Baixa Renda) e o Bandeirão Organizado – Frente Independente de Bolsistas da PUC-SP”, segundo o site da organização.

O propósito é unir os estudantes bolsistas de baixa renda, lutando por políticas de permanência e inclusão no ambiente universitário.

Segundo Samanta Tibério, ex-aluna de psicologia da Universidade e integrante do Coletivo, batalhar pelo seu meio social é uma resposta à dura realidade que enfrentou. “No meu segundo ano passei por bastante sofrimento ao ver-me deslocada na PUC e senti que seria importante reivindicar mudanças sobre a permanência dos bolsistas, tendo um espaço de luta e identificação. Estar no coletivo foi uma resposta a este sofrimento”.

Ao falar sobre os problemas mais comuns, a ex-aluna destaca não saber inglês, ter que fazer iniciação científica para conseguir comer e a má qualidade do bandeirão. “Apesar destes pontos concretos, sentir a desigualdade social o tempo todo, que distingue os bolsistas dos pagantes, de forma geral, vai criando a ideia de que aquele que é rico é superior e que o bolsista é inferior. Isso pode se expressar na minha insegurança sobre ter capacidade de estar ali ou, então, ao sentir vergonha das minhas roupas. Faz a gente se sentir o ponto mais fraco”, desabafa.

Os problemas não param por aí. Samanta continua: “Sempre recebemos denúncias. Já ouvi de alunos coisas como ‘esses bolsistas querem tudo, de uniforme à bolsa pobre’. Na porta de um dos banheiros havia algo pichado com os seguintes dizeres: ‘os

bolsistas estão mamando na teta da PUC, você paga para o bolsista estudar’”, conta.

Samanta já ouviu de colegas que a universidade não é pra todo mundo. “Quem vai ser a empregada, o pedreiro, a caixa? Essa é a mentalidade média de uma galera mais rica e conservadora”, conta indignada.

Vale lembrar que esse tipo de pensamento tem sido alimentado no meio político com permissão e incentivo do Governo, mais recentemente com a fala de mesmo cunho deferida pelo ex-Ministro da Educação, Milton Ribeiro.



© Luísa Ayres

Faixa realizada pelo Coletivo da Ponte Pra Cá, durante o movimento #PucSemFome, onde exigia-se a volta do bandeirão

“Ser e estar é ser bolsista e ocupar”

A PUC-SP, em específico, oferece três tipos de bolsas: a Fundasp (bolsa particular ofertada pela Fundação São Paulo), o ProUni (Programa Universidade Para Todos, cujo o ingresso é feito pelo ENEM) e o FIES (Financiamento Estudantil, onde os pagamentos das mensalidades, a partir de auxílios do Governo, poderão ser realizados pelo aluno após a entrega do diploma).

Estima-se que pelo menos 25% dos alunos de graduação são bolsistas.

Os alunos com bolsa, durante a pandemia, tiveram menos condições de seguir adiante com os estudos: as universidades privadas tiveram 36,6% de abandono nos anos de 2020 e 2021, conforme levantamento do Instituto Semesp, órgão do MEC (Ministério da Educação) responsável por representar as mantenedoras do ensino superior no Brasil.

O diretor-executivo do Semesp, Rodrigo Capelato, afirma que os estudantes mais afetados são aqueles com maior vulnerabilidade social e os bolsistas. “São os que geralmente precisam trabalhar para

poder estudar. A maioria estuda à noite. E tiveram perda de emprego, ou perda de renda por trabalho informal. Eles não conseguiam mais pagar a mensalidade ou não tinham, inclusive, infraestrutura para poder assistir às aulas remotamente”, explica o especialista em educação.

Resistência e permanência: da estatística à realidade

Quanto ao preconceito enfrentado pelos alunos bolsistas, uma pesquisa realizada em 2013, do Centro Paula Souza afirma que 94% dos estudantes do ProUni entrevistados já sofreram algum tipo de preconceito por usufruírem do programa.

Em 2018 viralizou na internet o vídeo da estudante Michele Alves, ingressante na universidade por meio do ProUni. Na colação de grau da sua turma de Direito, onde foi uma das alunas discursantes, aproveitou o espaço para denunciar a luta dos bolsistas dentro e fora da PUC-SP.

Alves logo no início do discurso relata que no seu terceiro dia de aula, ouviu uma professora de Direito Civil dizer aos alunos para que “não se preparassem para as provas apenas com base nos pequenos resumos que estão no início dos livros acadêmicos, porque ‘até a filha da empregada que faz Direito na ‘Uniesquina’ estuda por sinopse’”. Michele, filha de empregada doméstica, naquele momento, sentiu-se ainda mais ofendida.

A acadêmica ainda ressaltou sua realidade como estudante bolsista e os preconceitos sofridos dentro do ambiente universitário: “Nós resistimos às piadas sobre pobres, às críticas sobre as esmolas que o governo nos dava, aos discursos reacionários da elite e a sua falaciosa meritocracia. Resistimos à falta de inglês fluente, de roupa social e linguajar rebuscado que o ambiente acadêmico nos exigia”.

O verdadeiro valor do diploma

Ser aluno é mudar uma história. Mas ser aluno bolsista é mudar a própria história e a de muitas gerações que vieram e virão.

Para muitos professores é também uma oportunidade de ampliar o repertório dentro da sala de aula, abrindo os olhos dos demais para diferentes contextos e vivências.

Leonardo Sakamoto, professor do Departamento de Jornalismo da Pontifícia confirma. “Se a PUC tivesse mais estudantes como eles, faria mais diferença do que faz hoje. Alguns dos meus melhores alunos foram bolsistas”.

Apesar das dificuldades, ser bolsista é ser e ter orgulho: de si mesmo, de uma família, de uma classe social. É vencer o que a realidade e a opressão estrutural pareciam decretar como destino. É ocupar um espaço normativamente elitizado e mostrar que o lugar do povo é onde ele quiser.

A luta constante pelo espaço físico do Centro Acadêmico Benevides Paixão

Gestão do C.A. foi informada de que sua sede, no bosque ao lado do prédio antigo da Monte Alegre, não era mais pertencente ao curso de jornalismo

Por Camilo Mota, Danilo Zelic e Rafaela Reis Serra

Criado na década de 1980 pelos estudantes, o Centro Acadêmico de jornalismo Benevides Paixão (mais conhecido como “Benê”) tem histórico de resistência em um momento de transformações políticas e sociais no país e no movimento estudantil da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assim como o Brasil, a própria universidade viveu momentos de tensão e desespero durante o período da ditadura civil-militar de 64, como no episódio conhecido como “Invasão da PUC-SP”, em 1977, e o incêndio que provocou a destruição do Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), em 1984.



© Augusto Nazário

Reunião do Centro Acadêmico Benevides Paixão na década de 80, no espaço conhecido como Ferradura, onde hoje é o estacionamento

Atualmente, a entidade estudantil enfrenta problemas como a falta de uma sede fixa, fato que já aconteceu em outras gestões de sua história, além de questões internas com a administração da faculdade. Hoje, os estudantes estão lutando por um local para que possam exercer seu direito de reunião.

Fundado há 44 anos, em 1978, o curso de jornalismo da PUC-SP foi incorporado dentro da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA), setor que representa as faculdades que estudam comunicação da Universidade. Ao longo do tempo, foram surgindo outros cursos de graduação, como Arte: História, Crítica e Curadoria, Comunicação das Artes do Corpo, Comunicação e Mídias, Publicidade e Propaganda e Estudos da Linguagem.

Até 2011, os alunos da FAFICLA estudavam e se encontravam no espaço conhecido como “Ferradura”, no “Corredor da Cardoso”, demolido em 2016. Hoje, o local é um estacionamento utilizado pelos alunos da universidade, no qual restaram

apenas os laboratórios de vídeo e rádio. “Corredor da Cardoso” refere-se à Rua Cardoso de Almeida que abrigava o prédio onde aconteciam as aulas, festas e discussões dos Centros Acadêmicos (C.A.) das faculdades do setor, entre eles, o Benê.

A escolha do nome, Benevides Paixão, para o C.A. de jornalismo foi diferente das demais organizações, como lembra o professor da PUC-SP, Silvio Mieli. Segundo ele, que estudou jornalismo na instituição nos anos 80, foi uma postura “radical” homenagear um personagem do cartunista Angeli, um profissional crítico à própria classe jornalística. “Homenagear um cartunista, para a época, foi uma coisa muito radical. Seria radical hoje e na época foi muito”, relata Mieli, ao **Contraponto**.

“Nos chamavam de rebeldes, porque nós demos o nome de um quadrinho. O Benevides Paixão era rebelde também, ele tinha uma irreverência que também tínhamos”, conta a professora do curso de jornalismo da PUC-SP, Pollyana Ferrari, atuante no Benê no começo de sua fundação.

A demanda por um espaço físico próprio vai de encontro com a perspectiva que Mieli tem sobre o que a entidade estudantil representa. Segundo o professor, é um espaço de várias frentes questionadoras, de reclamação, de contraponto e das próprias mobilizações políticas.

A professora Pollyana revela como a turma que compunha o C.A. já chegou a dormir na Reitoria por reivindicações como mensalidade, melhorias no restaurante e cota de bolsa para alunos periféricos.

Após o retorno presencial às aulas, a atual gestão do C.A. foi informada de que o espaço físico, no bosque ao lado do prédio antigo da Monte Alegre, não era mais pertencente ao curso de jornalismo. A justificativa foi a de existir um projeto de construção de outro prédio para novos cursos da universidade, sem previsão de início.

A mesma justificativa foi ouvida por pessoas ligadas ao passado do curso e da faculdade, que também disseram terem sido informadas sobre a construção de um novo prédio e, inclusive, visualizaram o croqui da obra, o qual nunca existiu na prática. O espaço que abrigava o jornalismo, hoje é um estacionamento. A história está sendo repetida de novo.

Inicialmente, o Benê foi informado de que dividiria o espaço com o curso de Letras e depois com o de Relações Internacionais, deixando de ter seu espaço único e tão comentado por grande parte dos ex-alunos, professores e funcionários, que carregam inúmeras histórias sobre essa convivência. Para a continuidade da identidade e luta de um curso, misturar centros acadêmicos completamente diferentes castra a sua essência.

Enquanto isso, o curso de Direito e a faculdade de Economia e Administração possuem espaços amplos, às vezes mais do que um, e suas respectivas atléticas. Por esse motivo e o fato do local ter ficado trancado por mais de dois anos acumulando poeira, insetos e tralhas, os alunos decidiram abri-lo e revitalizá-lo, deixando-o com a cara da profissão, cada vez mais contemporânea, crítica, diversa e, sobretudo, unida.

Simone Nascimento, ex-estudante de jornalismo da PUC e à época militante do C.A., comenta ao **Contraponto** o processo que foi conseguir o espaço atualmente ocupado pelo Benê. O diálogo com a reitoria ocorreu após pressão realizada pelos estudantes.

“A gente ocupou a ouvidoria e passou a fazer uma série de atividades na ocupação com relação ao tema da comunicação, do jornalismo, da PUC. Até que o reitor foi para o local ocupado e se comprometeu a achar um novo espaço físico para o Benê”, lembra Nascimento.

O jornalismo, no entanto, ofício de tamanha importância, inclusive para o atual cenário brasileiro, não conta com a mesma estabilidade. Jornalismo é democracia, cultura, conhecimento e política. E traz discussões para a esfera pública, elucida questões que só pertencem a ele. Sem o espaço de convivência e reunião dos universitários, o próprio ensino e a academia se tornam mais precarizados.

O centro acadêmico é uma das primeiras entradas da vida política. É um espaço de auto organização dos estudantes, sendo objeto das demandas e reivindicações dos alunos dentro e fora da universidade. A sua importância é primária. O espaço não é apenas físico, mas de agregação. Não se trata de resistir, como o jornalismo tem feito ao longo das últimas décadas, porém, existir. E o C.A. é a sua história. Uma entidade não existe sem um espaço de discussão e a resistência que a classe sofre desde a academia é simbólica.



© Rafaela Reis Serra

O espaço do Benê nos dias atuais, após reforma feita pelos alunos. Hoje, localizado no bosque, ao lado do prédio velho da Monte Alegre

Luta antimanicomial e a reinserção social de pessoas com transtornos na sociedade

Como o atual governo promove a manutenção de comunidades terapêuticas de práticas questionáveis e o afastamento social de pessoas com transtornos psicológicos

Por Ana Kézia Andrade, Gabriela Figueiredo e Victoria Leal

18 de Dezembro de 1987, município de Bauru, estado de São Paulo, 350 trabalhadores atuantes na área da saúde tomam as ruas e praças da pequena cidade. Inicia ali uma luta que estende-se até os dias atuais, por reforma no sistema psiquiátrico, justiça social, direito de exercer cidadania e viver em comunidade, por uma sociedade capaz de aceitar a coexistência das diferenças.

Os gritos dos trabalhadores interiores pediam por “uma sociedade sem manicômios”, uma reivindicação que se mantém vigente até hoje. “Os estigmas sobre a saúde mental ainda são muito presentes e são agravados quando entram em questões raciais, de classe, gênero e até idade.” segundo representante do Coletivo Libertas, em entrevista para o jornal **Contraponto**, integrado por estudantes de Psicologia da PUC-SP que promoveram a Semana da Luta Antimanicomial na faculdade. “Existem diversas áreas acadêmicas que não só a psicologia que podem ajudar e agregar na causa. É importante que essa luta seja manifestada no ambiente universitário para mobilizar os estudantes, a agregarem de forma mais compatível dentro de cada profissão.”, apontam.

Diante do atual cenário, a política de remanejamento das questões de saúde mental demonstra maior interesse em realizar a reforma sanitária para tirar os ditos “loucos” do orçamento público do que fornecer um tratamento psicológico digno para esses indivíduos.

Durante o governo vigente, a revogação dos programas de desinstitucionalização se deu através do fechamento ou corte de verbas no orçamento de instituições que prestavam serviços psicológicos gratuitos à comunidade. A verba passou a ser destinada a centros e comunidades religiosas que tornaram-se os principais núcleos de terapia para usuários de drogas. O programa objetiva reduzir gradualmente os leitos hospitalares de longa permanência e promover centros psicossociais que pretendem tratar e reinserir pessoas com transtornos na sociedade.

Segundo dados de estudo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) junto a ONG Conectas Direitos Humanos, entre 2017 e 2020 o Brasil investiu cerca de R\$300 milhões para o financiamento de vagas de internação em 593 dessas instituições.

A professora do curso de psicologia da PUC-SP, Elisa Zaneratto afirma: “Desde o início da implementação da reforma psiquiátrica no Brasil, é a primeira vez que se

tem um governo declaradamente contrário a ela. Isso se expressa não só no posicionamento, mas principalmente por meio dos mecanismos de financiamento e de gestão”.

A posição do Governo Federal é evidente visto que o Caps (Centro de Atenção Psicossocial) não recebe nenhum aumento desde 2011, enquanto as comunidades religiosas têm o benefício garantido. Em 2020, por exemplo, receberam 10 milhões de vagas financiadas pelo Estado.

Sobre os problemas que envolvem o destino das verbas para as comunidades e a revogação do programa de desinstitucionalização, o professor do Departamento de Psicologia Social da PUC de São Paulo, Pedro Henrique Marinho Carneiro, afirma: “É um retrocesso absoluto, pois além das concepções de tratamento retrógradas, remetem à noção de refilantropização das políticas sociais, da mesma forma, os mecanismos de financiamento são análogos aos conveniamentos do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), que remonta um antigo debate sobre a relação entre público e privado no âmbito do SUS que ainda hoje se mantém. É importante dizer que até agora os recursos destinados para essas entidades não advêm do SUS, mas do Ministério da Justiça e da Cidadania”.

Não há clareza sobre os métodos aplicados pelas comunidades terapêuticas e resultados. Segundo o estudo do Ipea, 82% das CTs afirmaram ter ligação com igrejas e organizações religiosas, e colocam a leitura da bíblia e a participação de cultos religiosos como atividades diárias. Uma fiscalização do Ministério Público Federal, Conselho Federal e Regional de Psicologia e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura ouviu 28 internos de comunidades terapêuticas em 2018, e apontou que não há liberdade religiosa na maior parte das instituições, além de relatar punições e expulsões por não participarem dos cultos. O relatório recebeu também denúncias de maus tratos, cárcere privado, preconceito de gênero e violações de direitos.

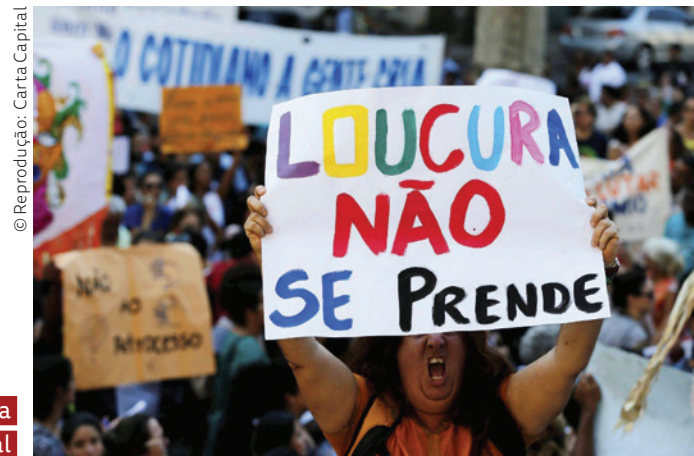
O livro *Holocausto Brasileiro*, escrito pela jornalista Daniela Arbex, denuncia as crueldades promovidas pelo Hospital Psiquiátrico Colônia em Barbacena-MG, lugar em que 70 mil pessoas perderam a vida por conta de tratamentos inapropriados e condições precárias de saneamento e higiene básica. Para além desse absurdo há a estimativa de que 70% dos atendidos não sofriam de doenças mentais, mas foram enviados para lá por serem “inde-

sejados” na sociedade. Destinavam-se ao lugar, homossexuais, negros, pobres, mendigos, mulheres que desobedeciam as ordens dos homens e militantes políticos.

Restaram menos de 200 sobreviventes e um deles é Sônia Maria da Costa, despachada pela polícia aos 11 anos por fazer “molecagem” nas ruas de Belo Horizonte. De acordo com o livro, enquanto esteve na instituição, Costa se defendia fisicamente dos maus tratos do hospital e cuidava sem remédio de outros internos e de sua amiga Terezinha. Apesar da resistência, a interna foi vítima de choques diários, injeções de “entorta” – sessões de eletrochoque – e isolamento em celas úmidas, sem cobertor no frio. Após viver por mais de quarenta anos no local, em 2003 Sônia e Terezinha foram acolhidas pelo De Volta para Casa, voltaram a ter liberdade, passaram a receber salário e moram em uma residência terapêutica.

O programa De Volta para Casa é destinado a pessoas que passaram por longas internações psiquiátricas e tem o objetivo de auxiliar financeiramente e fornecer moradias, gerando liberdade social, reintegração e amenizando os prejuízos do isolamento nos manicômios. Os que passaram pelas internações podem optar ainda pelo Serviço Residencial Terapêutico, que procura mediar a vida social que foi interrompida, como o caso da Sônia e Terezinha. O programa é resultado do processo de desinstitucionalização promovido pelo Estado a partir da década de 1990.

Sobre a importância da reinserção, o professor Pedro Marinho afirma que “a luta pelo fim dos manicômios é a luta em defesa da diversidade e contra a estigmatização e o preconceito. A ideia de contar com serviços abertos no campo da saúde mental tem relação com a oferta de apoio e cuidados para diferentes necessidades no sentido de afirmar o direito à participação na vida social. Reconhecer os direitos dos usuários do campo da saúde mental é fundamental para objetivar os princípios da reforma psiquiátrica”.



© Reprodução: Carta Capital

Cartaz exibido no Ato pela Luta Antimanicomial

Reféns do neoextrativismo: riquezas para poucos e desastres para todos

Protestos à exploração de cartão postal de Belo Horizonte evidencia a negligência ambiental do governo Zema e a indignação dos mineiros exaustos pelas tragédias cada vez mais frequentes

Por Camilo Mota, Pedro Catta-Preta e Yasmin Solon

Leita símbolo da capital mineira em plebiscito popular, a Serra do Curral é um dos marcos geográficos mais ricos em biodiversidade no país. Também considerada patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a serra conta com áreas de campo rupestre, cerrado e Mata Atlântica, que estão sob risco após avanço da mineração. Assim, o Estado, os mineiros e sua biodiversidade são reféns e vítimas da exploração ambiental. O IPHAN também é responsável pelos licenciamentos dados às empresas que causaram as tragédias de Mariana e Brumadinho.

A licença favorável à mineração foi aprovada no dia 4 de maio pelo Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental) e a prefeitura de Belo Horizonte move uma ação na justiça contra o complexo minerário, alegando que o mesmo coloca em risco a qualidade do ar na cidade.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, 41 hectares de Mata Atlântica serão devastados já na primeira fase do projeto. O bioma é considerado uma das áreas mais ricas em biodiversidade no planeta e já conta com 90% de sua área destruída, sendo a biota brasileira mais ameaçada de extinção. A serra também abriga o Parque Municipal das Mangabeiras e o Parque da Serra do Curral, considerados territórios de preservação.

Depois do regime militar, a Serra do Curral sofreu um processo de destombamento com a modificação de perímetros das reservas ambientais pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), o que facilitou a exploração da serra por parte das empresas que visam a riqueza mineral.

Já o processo de tombamento da Serra, que está parado, é responsabilidade do governo de Minas Gerais, que atua a favor de empreendimentos nocivos e é alinhado ao governo federal. A votação definitiva para o tombamento da área vem sendo adiada desde maio de 2021 e 10 dos 21 conselheiros do Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) denunciaram haver uma resistência do governo do Estado para ação a favor da Serra do Curral.

A cumplicidade entre o Estado e a mineradora, que desde 2014 tem interesse na região da Serra do Curral para extração de minério de ferro, resultou no licenciamento. Entretanto, por ter sido aprovado na surdina, durante a madrugada, a votação foi repleta de irregularidades: o projeto não obteve anuência dos órgãos de patrimônio, não apresentou estudos de risco hídrico e



Visão parcial da Serra do Curral na grande BH

nem consultou o município de Belo Horizonte. Ou seja, além do processo de tombamento estar atrasado propositalmente, o licenciamento e o seu processo foram feitos de forma ilegal e atropelada, na mesma linha da Agência Nacional de Mineração.

O ex-presidente do Iepha foi exonerado após enviar um ofício ao Ministério Público revelando possíveis irregularidades no processo de licenciamento. Logo após, o governador Zema nomeou a prima do diretor executivo e sócio da mineradora à presidência do instituto, tornando-a responsável por decidir sobre o tombamento estadual do local.

A Serra do Curral regula o clima da cidade, é responsável pela recarga hídrica e abriga espécies raras em extinção. Sua destruição, que seria de nível 6 (o mais alto) da escala de impacto ambiental prevista na legislação, causaria uma piora significativa na qualidade de vida daqueles que vivem nas proximidades, com reflexos em toda a capital mineira.

Para a socióloga Marijane Vieira, coordenadora do curso de ciências socioambientais da PUC-SP, a repercussão sobre a exploração da Serra do Curral "evidenciou que o país continua sendo um país do neoextrativismo, que arranca as riquezas existentes para uma exploração que rende ganhos econômicos para minorias, num curto espaço de tempo e deixa um rastro de destruição e sequelas ambiental e social irreparáveis". É válido lembrar que a capital mineira passou por inundações severas nos últimos anos e as mudanças climáticas intensificarão esse tipo de catástrofe.

Marijane ainda explicou que há uma cumplicidade em todas as esferas e o envolvimento das chamadas "portas rotativas", que consiste no movimento entre

membros da administração pública e privada com o intuito de fazerem a legislação pública, vindo a servir a essas empresas privadas. Um exemplo é o prefeito da cidade de Nova Lima, onde se localiza a Serra, ex-funcionário da mineradora Vale.

A lei estabelece um estudo de impacto ambiental e uma audiência pública, que são "meros teatros". Marijane relata: "Já cansei de ver várias [audiências] em que as comunidades se levantam, fazem perguntas, as autoridades anotam pela formalidade de ser uma audiência pública. Depois, tem uma segunda audiência na qual a autoridade responde, mesmo que as respostas sejam totalmente insatisfatórias. Tá encerrado o processo e dali para adiante ele é passado para as autoridades responsáveis aprovarem ou não". A professora ainda acrescenta: "Nós temos uma legislação ruim, mas que está ameaçada de piorar muito mais".

Há atualmente um projeto de Lei no Congresso que cria o sistema de licenciamento rápido e quase automático, o que é gravíssimo. Ainda, atualmente, empresas que precisam de licenciamento "nem sempre contratam uma empresa [para fazer o estudo de impacto ambiental], porque não acham uma empresa idônea a fazer esse papelão", comenta a socióloga, e isso abre uma brecha para que as próprias organizações criem equipes para elaborar os estudos ambientais.

Países onde a legislação ambiental é mais exigente são aqueles onde a população e opinião pública têm maior exigência com a saúde ambiental, único caminho possível para o Brasil deixar de ser refém dessa economia "neoextrativista, que gera riqueza para poucos e é responsável pelo enorme passivo ambiental", finaliza Marijane.

© Emmanuel Martins

O abuso de poder do garimpo nas aldeias indígenas

O conflito entre os filhos da terra e aqueles que a exploram

Por Anita Woge, Lídia Rodrigues e Nicolas Lopes

“Tenho medo que acabem com os Povos Yanomami, que com o passar dos anos nossos povos deixem de existir. Tenho medo que o governo autorize a mineração nos territórios, pois assim seria o nosso fim” exclama o representante e presidente do Conselho distrital de saúde indígena, Júnior Yanomami, em entrevista para o **Contraponto**. O ativista que faz parte da maior reserva indígena no Brasil, expressa sua indignação com a gestão atual do governo e ressalta que só será possível frear a degradação do garimpo com uma ação conjunta da população e do governo federal.

A relação violenta de garimpeiros com os povos indígenas existe desde os primeiros capítulos da história do Brasil. O genocídio indígena teve início com o cultivo da cana-de-açúcar no litoral brasileiro e se perpetua até os dias de hoje. Abandonados pelo Estado, eles vivem em resistência contra a própria extinção.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio), prova a existência desse processo de extermínio. Segundo pesquisa feita pela fundação, em 1500 residiam em solo brasileiro cerca de 3 milhões de indígenas. Na década de 50, o número registrado foi o mais baixo da história, sendo apenas 70 mil. Atualmente, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população dos povos originários atinge os 800 mil habitantes.

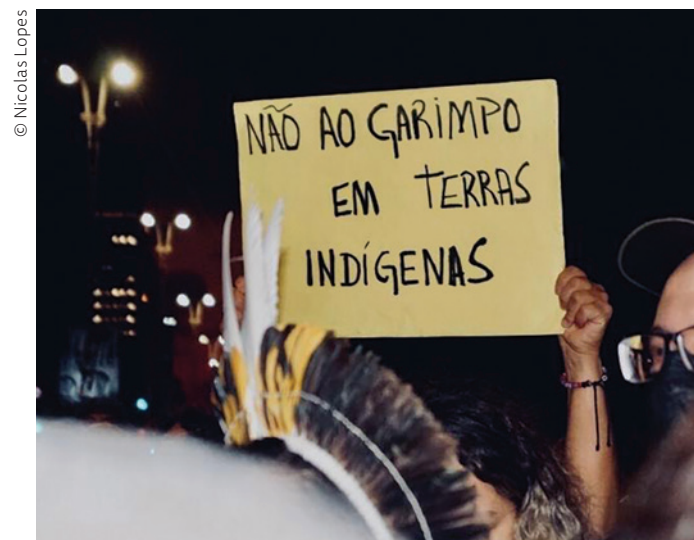
O garimpo ilegal é uma das principais causas do extermínio indígena no Brasil atual. A atividade econômica, é uma subcategoria da mineração, vinculada à extração

de metais, principalmente o ouro, feita de forma artesanal, característica que vem se perdendo nos últimos anos, já que hoje em dia na Amazônia o garimpo é comandado por empresários e realizado através de máquinas. Existem, no Brasil, por volta de 1800 permissões de garimpos dentro da legalidade, porém estes muitas vezes não são completamente regulares. Entretanto, a ilegalidade em tal atividade é muito comum em solo nacional, “não existe garimpo bom” afirma Álvaro Azevedo Gonzaga, advogado de direitos humanos, professor pela PUC-SP, e autor do livro “Decolonialismo indígena”, em entrevista para o **Contraponto**.

O epicentro do garimpo ilegal, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), é a região de Tapajós no estado do Pará, contendo cerca de 91% da área desmatada para a extração, sendo, não coincidentemente, o terceiro maior produtor de minério do Brasil. A mineração está longe de ser um problema que prejudica unicamente os povos indígenas, pois promove uma série de impactos que não se restringem ao ambiente onde a atividade é desenvolvida, como a contaminação por mercúrio, que também atinge, por exemplo, as milhares de pessoas que compõem a população ribeirinha amazônica e que consomem peixe regularmente, visto que o mercúrio está presente no animal.

O genocídio indígena é sistemático, o território Amazônico vive em constante devastação, a busca pelo ouro não apenas desbalanceia a estabilidade do ecossistema local, mas também cria uma nova ordem de relações abusivas com os indígenas.

O abuso do garimpo nas aldeias pode se manifestar de diversas formas, principalmente pela relação com a terra que os extrativistas têm, que é totalmente diferente dos povos originários; a visão de lucro é o que predomina no pensamento dos praticantes da ilegalidade, e a visão extra capitalista afeta a vida dos moradores. A mineração está devastando a biodiversidade que cercam as aldeias. Rios enlameados impedem

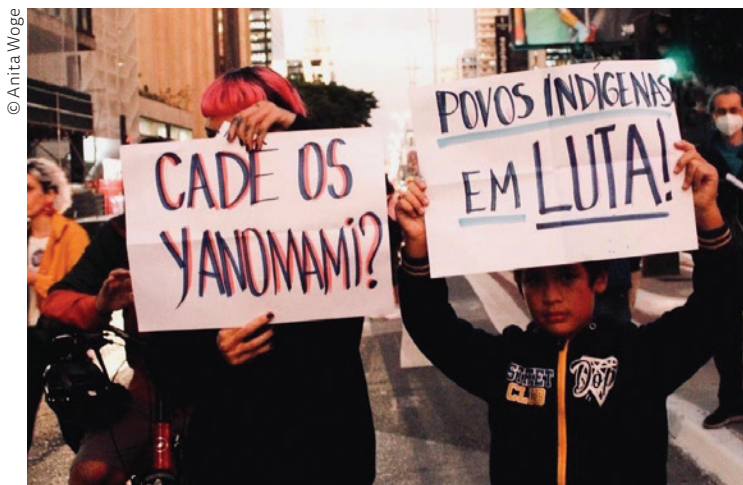


Cartaz exige fim do garimpo em ato pró indígenas em 09 de maio

a pesca e florestas devastadas impossibilitam a caça, que são as principais fontes de alimento e sustento dos indígenas. Também há relatos de crateras que se formam, em consequência da procura por minérios, gerando desbarrancamentos.

“Sou da etnia Tupinambá de Olivença, foram os nossos antepassados que primeiro experimentaram toda sorte de violação dos Direitos à Vida trazidos pelos europeus. De alguma forma os povos indígenas que habitam a região nordeste foram transformados num cordão de proteção para que ainda hoje existam povos indígenas na Amazônia. Nós perdemos tudo praticamente, mas continuamos resistindo mesmo quando não tínhamos o direito de mostrar nosso rosto ou a nossa voz. Estamos em processo de demarcação aguardando que se cumpra a lei, se é que de fato ela existe, infelizmente, falta vontade política. Vivemos em meio, hoje, a mineradoras que retiram areia causando enormes crateras, e aos interesses do setor imobiliário turístico.” conta Yakuy Tupinambá, anciã da comunidade em entrevista ao **CP**.

As invasões nas aldeias são feitas de forma extremamente violenta, pistoleiros entram assolando totalmente o ambiente e ignorando vidas nativas. Segundo pesquisa realizada pelo Atlas da Violência, em dez anos no Brasil, o número de assassinatos indígenas aumentou em 21,6% na última década, quando os casos ultrapassaram o número de 2.000. “O garimpo é um elemento da cultura dominante, portanto, ameaça a vida, não somente de nós mulheres indígenas, mas do todo. Viola tudo que nós acreditamos, é total



Manifestantes questionam o sumiço dos YANOMAMI em manifestação na Avenida Paulista, em 09 de maio

destrutivo, e nossos corpos são enxergados como objetos. Representa a maldade que nos fere até a morte.” explica Yakuy.

Os garimpeiros também utilizam da violência sexual como forma de intimidação para dominar as aldeias, o estupro é usado como forma de genocídio. A Organização das Nações Unidas (ONU), afirma em pesquisa que uma entre três mulheres indígenas já foi estuprada, e também configura tal dado como limpeza étnica, termo que caracteriza a remoção de um grupo minoritário de uma região para torná-la etnicamente homogênea. Ao falar sobre qual a maior dificuldade para manter a história indígena, Tupinambá respondeu: “combater às armas utilizadas pelos nossos oponentes que ainda insistem em nos ‘civilizar’, e integrar a uma unidade, para a dominação total dos nossos corpos. Roubando-nos toda nossa essência ancestral.”

A tribo Yanomami, originária do norte da Amazônia, tem sofrido diversas violações dos garimpeiros. De acordo com o relatório “Yanomami sob ataque”, da Hutukara Associação Yanomami, a mineração na região não é somente responsável pela exploração da terra (25% do seu território foi devastado), como também causam desestabilidade social à reserva. “Já presenciei a invasão na região, ao chegar no local e me deparar com as barracas e aeronaves dos garimpeiros. Os olhares desconfiados, os rios contaminados e as máquinas em serviço. O contato do não indígena com os Povos Yanomami, leva

características que nós desconhecemos, como o uso do álcool, o desinteresse pela caça e o aliciamento nos garimpos”, afirmou Júnior Yanomami, sobre o contato com os garimpeiros.

Júnior ainda comenta sobre o descaso do governo e da polícia com a situação que as tribos estão passando. Ele e outros líderes Yanomamis desistiram de esperar pela atuação do governo federal e o acusam de falta de apoio político. “Vez ou outra a Polícia Federal realiza operações que destroem aeronaves e queimam as barracas, mas pra que aconteça essas operações o Exército precisa apoiar, e nem sempre eles fazem isso”.

Ao comentar sobre o medo sentido diante da situação de extermínio vivenciada pelos povos indígenas, Yakuy disse que tem receio e nojo do ser humano antropocentrista, ganancioso, e vazio, “também dos hipócritas, dos demagogos, dos alienados, dos ignorantes que acreditam serem sábios, dos que vivem em bolhas, dos alienados, dos fanáticos, dos religiosos fundamentalistas ortodoxos, dos fascistas, dos nazistas, dos psicopatas.” características que muitas vezes são carregadas por chefes de Estado e comandados pela ilegalidade.

De acordo com Gonzaga, o novo arco e flecha do nativo é e deve ser o celular, o aparelho torna-se cada vez mais necessário para a defesa e denúncia das atividades ilegais cometidas por garimpeiros, que segundo o professor, possuem o chamado “fetiche na terra indígena”, pautados

© Anita Woge



Indígena exclama pedido de respeito às suas terras em manifestação na Avenida Paulista

na razão de que é geograficamente mais provável que existam concentrações de minério nas aldeias. Embora os indígenas tenham entrado no mundo tecnológico, a mídia permanece sem notificar e atender os pedidos de socorro das comunidades.

Essa marginalização de informações é comandada pelos grandes veículos de informação, que retiram o foco das barbáries vividas nas florestas brasileiras e ocultam vozes originárias, logo, como cidadão não indígena, é necessário apoiar e dar visibilidade às mídias alternativas e coletivos que de fato apresentam os conflitos vividos pelos nativos. Yakuy Tupinambá ressalta que a comoção do povo não indígena não é efetiva, e que para combater a violência vivida pelos nativos “é preciso politização, a comoção é momentânea e superficial, tudo passa rápido”. Portanto, deve-se não só manifestar indignação mas também conhecer e principalmente votar em candidatos que defendam a preservação dos solos e povos nativos. O advogado, Álvaro Azevedo, também pontua que “nós precisamos em 2023 de um alvorecer para políticas indigenistas”.



© Anita Woge

Indígenas e não indígenas ressaltam que o Brasil é indígena em manifestação na Avenida Paulista em 09 de maio

A ameaça à lei do aborto nos Estados Unidos

A possível revogação da *Roe vs Wade* pode incentivar pautas conservadoras para os demais países

Por Beatriz Porto, Isabela Lago Miranda, Laura Martins Paro, Marina Jonas e Tabitha Ramalho

No ano de 1969, sob o pseudônimo de Jane Roe, Norma McCorvey entrou com uma ação judicial para que pudesse realizar um aborto de maneira legal, pois não queria levar adiante sua terceira gravidez. O processo contra o então promotor de Dallas, Henry Wade, teve início no estado do Texas e terminou com a concessão ao procedimento abortivo, porém a lei não foi alterada. Entretanto, Roe seguiu com o processo, levando o caso à Suprema Corte dos Estados Unidos. Três anos depois, em 1973, houve a votação na Suprema Corte que decidiu a favor de Jane Roe por 7 votos favoráveis a 2 contra. Desde 1973, o aborto foi legalizado nos Estados Unidos, desde que a decisão seja tomada no início da gravidez, num período em que não se pode contar com a viabilidade do feto (geralmente até 24 semanas de gestação). A lei ficou conhecida como *Roe vs Wade*.

Nos Estados Unidos, há décadas os republicanos vêm tentando derrubar a lei que permite a interrupção da gravidez. “Existe uma política pública chamada Mexico City Policy que foi implementada ainda no governo Reagan, na qual a verba dos governos federais dos EUA não pode financiar nenhuma ONG de saúde no mundo que realize o procedimento do aborto”, explica a pesquisadora de direitos sexuais e reprodutivos, Laira Rocha Tenca. “Toda vez que um republicano é instituído como presidente, ele baixa essa normativa. Foi assim com Reagan, assim como o Bush e com Trump”, ilustra Laira, que continua explicando que o oposto também ocorre quando um democrata assume o gabinete e retira essa lei de funcionamento.

O vazamento do rascunho que propõe a revogação da lei *Roe vs Wade* pelo site *Político* trouxe consigo grande insatisfação por parte da população americana, em especial as mulheres. Assim os dias após essa divulgação foram marcados por diversos protestos tanto a favor quanto contra a possível revogação da lei.

A persistência das mulheres nas manifestações

Desde o vazamento dos documentos, centenas de pessoas – principalmente mulheres – foram às ruas da capital Washington e de muitas outras grandes cidades dos Estados Unidos, como Nova York, Los Angeles e Chicago para lutar, por meio de manifestações,

contra a possibilidade da Suprema Corte reverter a decisão que permite o aborto no país. A decisão final do tribunal, que pode dar aos estados o poder de proibir a interrupção da gravidez, está prevista para meados de junho.

Como uma forma de responder à possível decisão de derrubar o aborto legal nos Estados Unidos, manifestantes e até autoridades expressaram que tal decisão, caso seja tomada, será um ataque direto à dignidade e aos direitos das mulheres; além disso, será um risco à vida para muitas mulheres no país, já que terão que recorrer ao aborto ilegal – e não seguro – caso esse direito seja revertido pela Suprema Corte. “Isso vai matar e subjugar mulheres apesar da maioria dos americanos achar que o aborto deve ser legal. Que desgraça total”, afirma Hillary Clinton, ex-secretária de estado e candidata à presidência.

Muitas pessoas aproveitaram esses momentos para se manifestar também contra o direito ao aborto legal: pequenos grupos, sendo a maioria deles religiosos, concordam com o argumento de que o direito ao respeito pela vida privada, que se aplicava ao aborto em *Roe versus Wade*, “não é, contudo, absoluto”. Os grupos contra aborto estão muito mobilizados para depois das eleições legislativas – se os republicanos conquistarem a maioria no senado ou na câmara – imediatamente passará uma lei que não só tira a legalidade do aborto, mas que criminaliza esse direito fundamental às mulheres.

Enquanto isso, grupos que apoiam o direito ao aborto, como *Planned Parenthood* e *Women’s March* organizaram mais de 400 protestos “Bans Off Our Bodies” (traduzido do inglês: “proíbe nossos corpos”), com a marcha partindo de Washington e chegando até o fim na Suprema Corte. Além disso, ativistas afirmam que ainda virão muitas manifestações pela frente e que há muito para acontecer antes da decisão final do tribunal: “Seremos ingovernáveis até que este governo



Marcha em defesa ao direito ao aborto no parque Boston Common, em Boston, Massachusetts

comece a trabalhar para nós, até que os ataques a nossos corpos diminuam, até que o direito ao aborto seja codificado em lei”, diz Rachel Carmona, presidente da Marcha das Mulheres, em entrevista para a CNN.

O aborto na América Latina

Com um passado repleto de ditaduras militares e uma onda atual de governos conservadores, os países latino-americanos vêm enfrentando fortes embates ideológicos quando a pauta é a legalização do aborto. É muito comum que a liberdade de escolha da mulher sobre o próprio corpo seja julgada como antiética ou imoral em culturas tradicionalistas, dificultando o acesso a um procedimento de interrupção da gravidez em condições legais e seguras.

No entanto, há uma certa hierarquia do aborto na América Latina: legalização; semi-legalização (a permissão em situações específicas) e proibição. Em muitos países como Honduras, Nicarágua e El Salvador, independente da situação a prática é ilegal, podendo levar à prisão da mulher, até mesmo em casos de abortos espontâneos – interrupção involuntária antes da 20ª semana.

Em contramão ao retrocesso resultante do patriarcalismo, surge o movimento feminista *Marea Verde*, voltado especificamente à luta pelos direitos reprodutivos das mulheres em países latino-americanos e caribenhos. Como fruto desta luta, as argentinas conquistaram mais uma vitória em 2020, pressionando o Senado, que concebeu a legalização do aborto para gestações de até 14 semanas.

No ano seguinte, o México, um país reconhecido por seu governo conservador

© Robin Lubbock/WBUR

e católico, teve o procedimento descriminalizado unanimemente por ministros da Suprema Corte Mexicana, incluindo o presidente do tribunal, Arturo Zaldívar. Foi declarado inconstitucional a penalização do aborto no país, entretanto, segue regulamentado em quatro dos trinta e dois estados.

Caso a lei Roe vs Wade seja revogada nos Estados Unidos da América, Laira Rocha Tenca afirma que o retrocesso será refletido não só em Estados norte-americanos, como também em outros países, especialmente aqueles conduzidos por governos reacionários.

A pesquisadora diz com base em seu estudo que todos os movimentos que ocorrem junto a organizações religiosas dos EUA, continuam financiando o ativismo conservados no hemisfério Sul e tem capacidade de incidir políticas públicas em outras nações. De forma a exemplificar, a doutora relembra uma viagem realizada pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves em dezembro de 2021 para a Suíça, convidada para celebrar o aniversário de um ano da aliança internacional anti aborto “Declaração Consensual de Genebra”, patrocinada pelo ex-presidente Donald Trump.

Estima-se que 1 milhão de abortos são realizados por ano no Brasil, sendo menos de 2.000 sob condições legais. O resultado: a cada dois dias, calcula-se a morte de uma mulher em função do procedimento mal feito. Esses dados colocam em evidência o impacto negativo da criminalização

da prática sobre a saúde feminina e a importância de sua descriminalização.

Contudo, a gestão do presidente Jair Bolsonaro, ao invés de criar políticas públicas que permitam a realização de forma segura, incentiva a criação de leis que dificultam o acesso à escolha de abortar, tornando-a ainda mais arriscada à vida das mulheres.

Em entrevista ao jornal *The Guardian*, a ativista e professora de direito e direitos humanos, Débora Diniz, fala sobre a importância da lei Roe vs Wade. “Para os países Latino-Americanos, como Brasil, México e Colômbia, a Suprema Corte dos Estados Unidos foi importante para a ideia de que as cortes sejam o espaço legítimo para decidir sobre os direitos do aborto”. A professora ainda retoma positivamente a esperança no movimento da Onda Verde (*Marea Verde*) e como a

situação desesperadora da América Latina urge por mudança.

O que efetivamente mudaria caso Roe vs Wade acabe?

Os estados teriam que decidir efetivamente quando e de que forma o aborto seria protegido por suas legislações, de forma individual. De acordo com o Centro de Direitos Reprodutivos, agência que acompanha o tema nos EUA, é esperado que 25 estados proíbam o procedimento, seja após deliberação ou imediatamente, graças às “leis de gatilho” impostas caso caía a legislação federal da Roe vs Wade. Alguns desses estados garantem ilegalidade do aborto até mesmo se o feto for proveniente de um estupro ou incesto, como é o caso do Alabama e o Texas.

Os Estados Unidos se juntariam a um grupo pequeno de países que modificaram suas leis a respeito dos direitos reprodutivos das mulheres para que se tornem mais restritos desde os anos 90. Pela influência política da nação em opinião pública internacional, existe a possibilidade de outros países também optarem por restrições a procedimentos de interrupções à gravidez.

Por mais que esse assunto ainda não tenha desfecho, as consequências da possível revogação da Roe vs. Wade já podem ser sentidas. A pesquisa da doutora Laira Rocha Tenca afirma que mesmo a especulação sobre o fim da lei já oxigena as pautas conservadoras sobre o controle do corpo da mulher em nível internacional, pois se trata de uma grande democracia pondo em dúvida um direito essencial que está em vigor há quarenta anos. “Passa a mensagem para o mundo de que esse é um direito revogável, e não um direito adquirível. Ele é um direito que está em disputa. Mas isso a gente já sabe, os direitos das mulheres estão sempre em disputa, não podem nunca se dar como garantidos.”

Pesquisadora de
direitos reprodutivos,
Doutora Laira Rocha Tenca



© Acervo Pessoal Laira Rocha Tenca



© REUTERS/Aude Guerrucci

Protestantes a favor e contra a revogação da lei Roe vs Wade em Los Angeles, California

Baile da Vogue: Um tributo à moda brasileira

Convidados optam por estilistas internacionais e não representam “Brasilidade Fantástica”

Por Catarina B. Pace, Isadora Pressoto, Marcela Foresti, Paula Moraes e Sophia Pietá

A última edição do Baile da Vogue, realizada em abril, teve como tema *Brasilidade Fantástica*, inspirado no centenário da Semana de Arte Moderna de 1922. Após um longo intervalo entre as edições da festa, devido a pandemia da Covid-19, o evento teve como objetivo celebrar a moda brasileira, homenageando designers nacionais. A esperada representatividade, no entanto, deixou a desejar.

“Escolhemos o modernismo como ponto de partida para celebrar a diversidade de nossa arte, cores e ritmos e, claro, a criatividade do povo brasileiro”, explicou a diretora de conteúdo da Vogue Brasil, Paula Merlo. O tema tem como objetivo fazer um contraponto entre as visões artísticas atuais com o passado, trazendo figuras importantes da cultura brasileira. Ivete Sangalo, Preta Gil e DJ Valentina Luz foram responsáveis por comandar a trilha sonora da festa, celebrando a diversidade de ritmos.

“O tema do baile era *Brasilidade Fantástica*. Quando você opta por uma marca internacional, o artista poderia até estar fantástico, mas cadê a brasilidade?” indagou a colunista da Vogue Brasil, Paola Churchill. O questionamento viralizou nas mídias sociais em razão da falta de estilistas brasileiros na produção dos convidados, uma vez que diversos artistas optaram por marcas internacionais, não levando em conta o tema escolhido. Churchill relata que algumas pessoas ainda não dão o devido valor para os conteúdos

feitos por brasileiros – a famosa síndrome do vira-lata – ainda que os estilistas nacionais sejam talentosos e ricos em detalhes.

Alguns designers tiveram a oportunidade de mostrar o seu trabalho durante o evento, como Paola Vilas, Meninos Rei, Misci e Ellias Kaleb, que em entrevista ao **Contraponto**, criticou a falta de atenção. “A real é que não é chique ostentar marcas internacionais, tendo em vista e sabendo a situação que a estrutura de consumo e produção do nosso país é precária” ressaltou o estilista. Mostrando a sua indignação perante ao assunto, ele enfatizou que isso só pode ser resolvido por meio da mídia.

Logo, é com o intermédio das redes sociais que deve acontecer uma revolução no meio da moda e da cultura, ajudando a divulgar os artistas brasileiros que estão na luta para terem mais reconhecimento no trabalho. A internet, por sua vez, é um veículo que transmite as informações rapidamente, fazendo com que as pessoas adquiram mais conhecimento sobre o próprio país e se atualizem das tendências fashionistas. O Instagram e o TikTok atuam como plataformas que dão espaço a especialistas que divulgam as informações de maneira acessível.

Contextualizando o tema, a Semana de Arte Moderna de 1922 ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, reunindo artistas de diversas áreas para uma atualização artística nacional. A reunião tinha o objetivo de questionar a influência europeia

na cultura brasileira, propondo uma arte original e atualizada que refletisse o panorama sociocultural do país na época. Segundo Churchill, a ideia de homenagear o centenário partiu da celebração do modernismo e da diversidade cultural do Brasil, trazendo um toque de contemporaneidade ao tema: “acredito que a Vogue tenha um papel de levar as tendências primeiro”. A visibilidade e importância da revista causa impacto na moda, uma vez que o conteúdo é altamente engajado nas redes sociais, em que as postagens no Instagram da página oficial alcançaram mais de 50 milhões de visualizações.

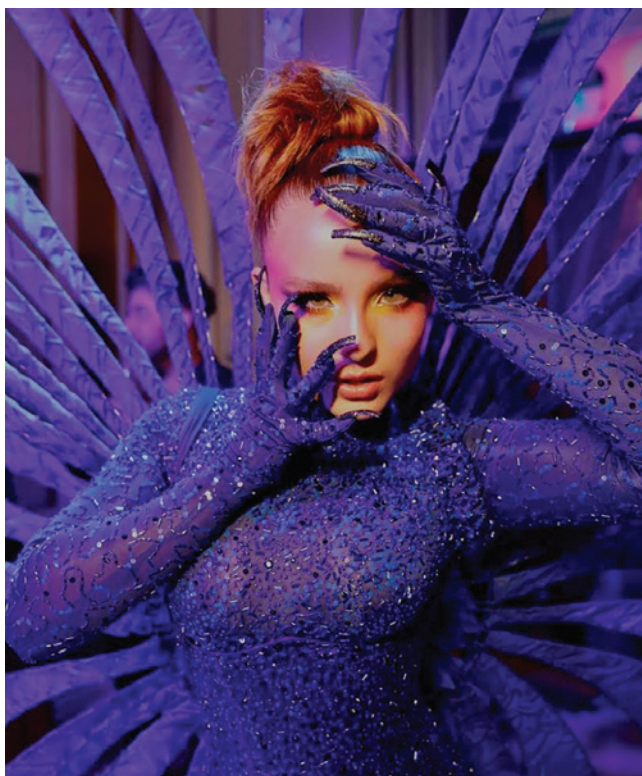
O estilista Kaleb, cujas criações foram usadas por Gaby Amarantos e Negra Li, acredita que o nome *Brasilidade Fantástica* ascende e direciona a atenção para a exuberância e a época tão festiva e animada que o Carnaval representa ao povo brasileiro. “Minhas inspirações são as estruturas da natureza — um universo de texturas, cores, formas e uma pitada do universo lúdico e particular de quem nasceu no Nordeste e vive em um país múltiplo”, relatou.

Juliette Freire, Rita Carreira, Ícaro Silva, Deborah Secco, a diretora da Vogue Paula Merlo e Thai de Melo Bufrem foram alguns dos artistas que vestiram roupas exclusivas de estilistas brasileiros e honraram o tema da cerimônia. Segundo o Gshow, Freire venceu a enquete de melhor look ao utilizar um vestido, confeccionado pela marca paraibana Guerreiro

Larissa Manoela,
vestida por
André Betio

Camilla de Lucas,
vestida por
Filipe Dias

Cantora Gaby
Amarantos
com design de
Ellias Kaleb



© Reprodução: Instagram/ @iude



© Reprodução: Instagram/ @guilhermelima

e Cavaleiro, inspirado em um cacto mandacaru, símbolo dos fãs da cantora. “Eu trago o símbolo da beleza, da força, da resistência do meu povo: o mandacaru. Muita felicidade!” disse a ex-bbb.

“O evento é a maior expressão da moda brasileira para mostrar as próximas tendências. Você consegue demonstrar o seu estilo através da roupa”, afirmou a arquiteta Isadora Machado, convidada para o Baile da Vogue. Para Machado, a festa “é para ver e ser vista”, de modo que muitos artistas e marcas dedicam a data para a realização de publicidade, ganhando engajamento e faturamento por meio da visibilidade dada.

Apesar do Baile da Vogue ter sido uma homenagem a Semana de Arte Moderna de 1922, Machado afirmou ter achado “o tema *Brasilidade Fantástica* amplo”. Ela acrescenta, destacando acreditar que “eles poderiam ter restringido para um tema mais específico ou para alguma questão ambiental do Brasil”. O pensamento foi compartilhado entre uma parcela de convidados, que não seguiram o tema por não entendê-lo.

Muitas das vezes é mais cômodo usar uma peça bonita e de reconhecimento internacional do que buscar algo da cultura brasileira e honrar as raízes nacionais com a proposta passada pela revista. Esse fator vem de uma questão cultural, em que muitas pessoas não conhecem a história do Brasil e de um dos principais movimentos de arte. Por mais que o Baile seja um evento de moda, ele está vinculado aos movimentos artísticos por trazer uma questão histórica e política. Já está marcado na história da Vogue trazer temáticas que celebrem a cultura aqui produzida, como o baile de 2020 com o tema *Jardim das Delícias – Uma noite de surrealismo tropical em ode ao Rio de Janeiro*, e o de 2018 com o *Divino Maravilhoso*.

A fantasia escolhida pela digital influencer Mari Gonzalez foi inspirada em *Mulher*, obra do pintor Di Cavalcanti, considerado um dos maiores artistas do movimento modernista. Produzido com 20 tipos de cristais, tecido chiffon de seda e 86 horas de trabalho, o Studio Silfar propôs uma alusão à obra, combinando o rústico com o refinado para traduzir a mensagem proposta pela *Brasilidade Fantástica*. O Studio é um exemplo de que os designers nacionais conseguem atingir um alto nível de excelência, igualmente aos internacionais, que todos costumam glorificar.

Ainda no Baile da Vogue, existe uma abundância de roupas e corpos, cada um com sua singularidade. Dentre eles, há as pessoas que buscam seguir o tema, trazendo suas particularidades e tornando a roupa a sua versão, enquanto outros têm como privilégio a escolha de ir apenas com o que lhes caem bem.

Segundo o estilista Filipe Dias, que produziu a roupa da influenciadora Camilla De Lucas, nem todas as roupas usadas foram pensadas para o evento. “Existem muitos casos de criações de looks para ocasião, como também existem casos de peças já existentes e que foram ajustadas para o evento.” A roupa criada por Dias já existia e foi encaixada para o tema. O vestido, produzido com E.V.A, foi inspirado em esculturas e pinturas de artes plásticas do modernismo. Ao ser abordado pela equipe de Lucas, foi necessário contratar uma artista plástica para finalizar o vestido com técnicas em aquarela.

Dias vê as variedades de roupas, dentre elas as que estão e não estão no tema, como uma liberdade de expressão. Além disso, o profissional acredita que as pessoas não precisam seguir o tema: “É uma questão de senso. A fuga da temática está atrelada a diversos fatores: bom gosto,

estratégia, ausência de assessoria etc”. Ele pontua que vários convidados vão para a cerimônia representando uma marca, ficando presas a um único conceito, que nem sempre conversa com o tema proposto. “Existem estratégias de marcas de vestuário que firmam parcerias/patrocínio com personalidades que ali estarão, para uma simples divulgação do produto.”

Uma vez cientes do conteúdo, os convidados começam a busca pelo look ideal. Com ajuda de *stylists*, vão atrás de um estilista com quem se identificam e começam a discutir ideias sobre o que usar. O estilista André Betio, responsável por looks como o da atriz Larissa Manoela, explica que o *stylist* entra em contato com ideias já previamente discutidas com os convidados. Em seguida, o profissional escolhido desenvolve conforme a ideia pré-estabelecida, seguindo os ideais da própria marca. “Ai, de fato, começa o trabalho da equipe – receber o escopo, desenvolver e apresentar ideias condizentes com a nossa assinatura e o desejo do convidado”. Para o Ateliê de Betio a beleza é o principal alvo, de modo que a cliente deva estar linda independente do tema. “O tema nos serve como balizador de ideias, como fonte para inspiração, mas a beleza é o que nos move todos os dias.”

Seguir o tema se torna subjetivo, afinal, o estilo de cada marca e/ou convidado pode ou não condizer com a proposta do baile. “Muitas vezes é demanda da cliente apenas passar mais despercebida durante o evento, ou o próprio estilista pode ter uma linha de raciocínio mais minimalista para expressar o que ele enxerga. Nem tudo precisa ser caricato ou exagerado para manifestar um tema específico”, explicou Betio.

A ausência de designers brasileiros e o não cumprimento do tema colidem quando se trata do conteúdo do Baile da Vogue. Por ser uma festa 100% brasileira, é uma oportunidade de homenagear os talentos do Brasil, dando voz ao momento social e político que o país vive. Além disso, é uma manifestação artística que celebra a moda em união com o carnaval e a cultura nacional.

Apesar do grande enfoque ser os artistas que desfilam no ‘tapete vermelho’, o que faz a magia acontecer está bem escondido nos bastidores. Jornalistas, fotógrafos, estilistas, organizadores de eventos e entre outros, trabalham duro para o sonho se tornar realidade. “Quando eu assistia pela televisão, ou via as fotos, eu achava mágico. Acho que o baile é de extrema importância e o grande encontro da moda brasileira”, declarou a colunista Paola Churchill.



© Reprodução: Instagram @studioiliaskaleb



© Reprodução: Instagram @marigonzalez

Mari Gonzalez,
digital influencer,
vestida com look
do Studio Silfar

Moda x Maternidade: as dificuldades e a revolução

Ações mudam a forma de enxergar o cenário de gestantes na moda

Por Gabriela Costa, Giovanna Oliveira, Ramon Baratella

O universo da maternidade é turbulento: desde a descoberta de seu primeiro filho, às “pontadinhas” na barriga, até finalmente o esperado dia de dar à luz ao bebê. Entretanto, a procura por vestimentas adequadas torna-se um problema nesse trajeto.

Ao falar sobre roupas para grávidas, muitos apostam no famoso mito “use roupas confortáveis”, como era há anos, em que não havia uma categoria específica para esses trajes e eram encontrados na parte de roupas de bebê.

O conforto é essencial já que seu corpo passará por uma mudança, mas existem exceções, como no caso da estrela pop Rihanna.

Com os rumores de gravidez junto de A\$AP Rocky, a cantora deu seu melhor e com uma pitada de seu “rom pom pom”, misturado com o estilo *streetwear*, proporcionou looks ousados que ninguém esperaria de uma gestante.

Dentre suas diversas aparições em eventos na Semana de Moda de Paris, marcaram looks com minissaias, crop-tops, calças de cinturas baixas e botas *over-the-knee*, itens clássicos quando nos referimos ao estilo da cantora.

“Ela está influenciando uma geração de mulheres que vão engravidar e saberão que podem vestir o que quiserem”, diz a consultora de moda Regina Martelli.

Além de estampar a edição de abril da revista Vogue, não é a primeira vez que a diva revolucionou este momento, como por exemplo em seus desfiles da Savage X Fenty em que colocou duas mulheres grávidas para desfilarem.

Assim como Rihanna, Adriana Lima, modelo brasileira, chamou a atenção no *red carpet* ao desfilir no Festival de Cannes, usando um vestido que deixava à

mostrar sua barriga. “Obrigada, Rihanna, por abrir essa porta. #BarrigaDeFora”, escreveu na legenda de uma postagem via Instagram, em agradecimento pela nova fase que a moda gestante está passando.

As vestimentas de gestantes atravessaram uma mudança significativa. Hoje se tem mais visibilidade na moda e ainda há uma variedade de estilos, do básico ao extravagante.

Embora ainda se pense que as roupas na gestação devem ser largas, muitas mulheres estão deixando esse pensamento no passado. Estar grávida não significa que precisa abandonar a moda, como foi o caso de Kylie Jenner e Jennifer Lawrence.

Fora do mundo das celebridades, as marcas populares ainda não acompanham esse ritmo. “O problema com as roupas para gestantes é a falta de estampas e estilos diferentes”, desabafa Thais Feitoza Bispo, gestante de 38 semanas, em entrevista para o **Contraponto**.

Segundo a Revista News as grávidas optam por uma vestimenta que as deixam confiante e moderna simultaneamente. As peças que se destacam são: “calças legging, calças jeans especiais para grávidas, calça de alfaiataria, vestidos e variam entre blusas e t-shirt’s” conforme a revista.

A empresária Lourdes Prado, dona da Mammy Care, em São José dos Campos, explicou em entrevista: “Comercializamos marcas que contemplam a versatilidade e acompanham tendências de moda internacionais. O guarda-roupa da gestante não segue mais o mesmo padrão, as grávidas não precisam se vestir iguais. Se o estilo dela é clássico ou criativo, dá para mantê-lo mesmo depois que a barriga começa a crescer.”

Mesmo assim, manter um estilo próprio pode pesar no bolso: os trajes para as grávidas são muito caros ao serem comparados com os outros modelos. Uma calça legging para gestante está em torno

de R\$100 a R\$150 e vestido, de R\$85 a R\$170, enquanto de um modelo normal de calça legging e vestido está entre R\$50 a R\$100, de acordo com as marcas C&A, Marisa, Gestante & Cia e Agora Sou Mãe.

“As faixas de preço são muito altas, mas não deveria ser assim porque não é uma roupa que você vai usar para sempre”, afirma Bispo.

Mesmo com preços tão altos, a moda gestante também não contempla a diversidade de corpos. Ao pesquisar no Google Imagens modelos de gestante, raramente se vê uma mulher gorda ou negra. Nas fotos, o padrão é de mulheres brancas e magras.

A questão se complica ainda mais ao se tratar do momento logo após o término da gravidez: o início da amamentação. Para essa fase, são necessárias roupas que facilitem o processo, como peças mais soltas e com botões.

O estigma que mulheres lactantes carregam só serve para prejudicar ainda mais o cenário. A amamentação em público, apesar de ser um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda não tem total funcionalidade, porque existem muitos casos de mulheres que são assediadas no transporte público durante esses momentos.

Uma pesquisa, divulgada pela marca de saúde feminina Elvie, revela que uma em cada cinco mulheres já foram assediadas por amamentar em público. O desconforto causado pela violência é somado a dificuldade de encontrar peças de roupa que sejam práticas e bonitas.

Por conta dessa questão, as novas mães estão sujeitas a voltar àquele estereótipo de apenas usar roupas largas, como vestidos e macacões. Entretanto, assim como Rihanna está mudando o cenário: diversas marcas de gestantes estão apostando em ramos diferentes como, por exemplo, a Agora Sou Mãe.

A marca brasileira possui uma linha de lingerie para esse público e mostram que, por mais que estejam grávidas, as mulheres não precisam ser limitadas a se vestirem somente de um jeito. Inclusive, dentro dessa coleção, há modelos de sutiã que possuem fechos e facilitam o processo de amamentação.

A lingerie também não deixa de ser uma escolha para empoderar essas mulheres. A gravidez, por conta de todos os seus efeitos e modificações, pode causar desânimo com relação ao próprio corpo. Desconforto esse que pode melhorar ao colocar uma roupa que faça a gestante se sentir bonita.

© Montagem: Ramon Baratella



Looks de Rihanna durante sua primeira gestação

O novo e o ousado para o inverno 2022

Mais um ciclo da moda está chegando ao fim. Damos adeus ao verão, já projetando o que está por vir para a nova temporada

Por Livia Veiga, Matheus Monteiro e Maria Clara Alcântara

Estamos nos aproximando de julho e, com isso, o inverno dá as caras. Importante época para a moda, tempos de transição, novas modelagens e peças já difundidas entre os fashionistas, mas que foram ressignificadas para esta temporada de 2022. Confira a leitura das tendências que figuraram nas passarelas e dominarão as ruas nos próximos meses.

Transparência

A transparência já vem se apresentando há alguns anos nas passarelas e se tornou uma *trend* que podemos esperar para o próximo verão. As peças transparentes precisam de um cuidado extra para serem usadas por revelarem muito do corpo do usuário. Esse atributo, por outro lado, permite uma valorização das silhuetas e contornos.

Bota de cano alto

As botas são calçados que não podem faltar no guarda-roupa, sendo peças chaves para montar qualquer look. Em 2022, podemos esperar muitas botas de cano alto, com ou sem salto, de todas as cores e até com estampas. Nos últimos anos, as botas com saltos quadrados, que complementam o *look* perfeitamente com calças pantacourt, têm sido as queridinhas.

Minissaia

O encurtamento do tecido não foi feito apenas por uma questão estética. Ares de liberdade, tons de leveza e uma necessidade de mostrar sua beleza fizeram com que mulheres adotassem roupas que recobrissem menos dos seus corpos. As minissaias, que nadaram nessa onda nas décadas de 1960 e 1970, prometem voltar com força este ano, com cores e tecidos variados. É uma boa opção para *looks* com botas de canos altos, já que uma peça valoriza a outra.

Cintura baixa

As calças de cintura baixa estrearam no desfile de Alexander McQueen, em 1996, e se tornaram uma peça obrigatória do *street style* dos anos 2000. Atualmente, a moda segue retomando aspectos do início do século, tornando imprescindível seu retorno aos guarda-roupas, ainda que a versão atual seja diferente das que faziam sucesso antigamente. Ela segue um modelo mais despojado, é mais solta no corpo, contém detalhes *destroyed*, e até mesmo, cortes de alfaiataria.

Oversized

A valorização do conforto, herança da pandemia, fez com que a moda de roupas *oversized*, ou seja, roupas largas, voltassem à tona. Um dos motivos de estar ganhando força é a sua versatilidade. Peças da tendência podem ser vistas desde em looks casuais até a alta costura, nas mais variadas cores, tecidos e cortes, permitindo pessoas dos mais variados estilos experimentarem o modo de vestir mais despojado.

Cores pastéis

Após os períodos de isolamento ocasionados pela pandemia do coronavírus, a moda foi influenciada pelo conforto que as pessoas experienciaram. Com isso, os designers encontraram uma forma de demonstrar esse sentimento com a utilização de cores pastéis nas composições. Essas cores trazem uma sensação de leveza e tranquilidade e, em junção com as peças *oversized*, entregam essa natureza de conforto e bem-estar.

Jaqueta Puffer

A jaqueta *puffer* não é uma grande novidade. Usada com frequência no *streetwear* masculino, a peça passou por um processo de ressignificação. Abuso de cores, estampas e possibilidade de variadas combinações foram fatores que fizeram a *puffer* despontar como uma tendência neste inverno. Além de trazer, é claro, aquela sensação de aconchego e conforto que seu material sintético e impermeável proporciona.

Alfaiataria

A alfaiataria é algo que está presente no modo de se vestir do humano moderno ao longo dos anos. Contudo, ela estava perdendo espaço para outros segmentos, como o *oversized* e a desconstrução. Depois de ficar por um tempo no fundo dos armários e passar o seu ciclo, a alfaiataria ganhou uma repaginada e vem conquistando até o público mais casual. Deixando de lado aquela estigma empresarial e corporativista, o segmento adquire uma proposta mais urbana.

Pelúcia

Por último, temos a tendência mais excêntrica da estação. A pelúcia não é um material muito comum, mas foi conquistando espaço em acessórios – como bolsas e *buckets* – e, posteriormente, na composição de peças fundamentais, como calças, camisas e casacos. A pelúcia carrega grande valor no que tange ao estilo, pois permite diversas cores, texturas e cortes, sendo comum o uso de estampas de animais e das chamadas *candy colors* (creme, rosa, azul ciano).



© Reprodução/Instagram

Emily Sindley em seu Instagram usufrui de duas tendências: a Puffer e o tecido aveludado em sua calça



© Baw Clothing/divulgação

Oversized herança fashion da pandemia



© Zé Takahashi/UOL

A la Garçone na SPFW de 2022, trouxe o tecido aveludado para uma de suas peças de alfaiataria

Ensaio fotográfico

Por Evelyn Fagundes

O evento Roda Viva com Fernando Haddad na PUC ocorreu na noite de 17 de maio, na quadra do campus Monte Alegre, onde centenas de estudantes e docentes se encontraram e puderam fazer questionamentos ao ex-governador Haddad. A ocasião reforça a potência e a memória da PUC-SP como um lugar que fortifica e encoraja o debate político. Para a reitora Maria Amália Pie Abib Andery, em seu discurso de abertura, a PUC-SP se mostra como uma universidade democrática que abre espaço para discussões e desavenças,

“mas, principalmente, de reflexão, de formação e de produção de conhecimento”.

O professor Fernando Haddad discursou com base nas problemáticas levantadas pelos estudantes, colocando em pauta seus ideais, como a construção dos direitos e o combate ao discurso da extrema direita. Haddad afirmou que o espaço de ensino é visto por ele como um lugar sagrado e direcionou o final de sua fala para os estudantes: “é a geração de vocês que vai transformar para melhor esse país radicalmente”.



Fotos: Sophia Linares



Alguns dos encontros com personalidades políticas no Campus Monte Alegre que ocorreram ao final de maio e início de junho. Todos os eventos estão disponíveis no canal TvPUC no YouTube.

Ditadura nunca mais com Luiza Erundina (2 de junho)

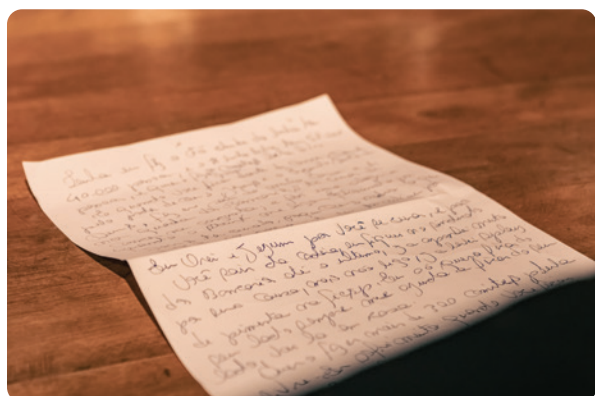


Fotos: Rafaela Serra

Lançamento do livro “Querido Lula – cartas do povo brasileiro” no Tuca (31 de maio)



Fotos: Sophia Linares



Erika Hilton no Tucarena (14 de junho)

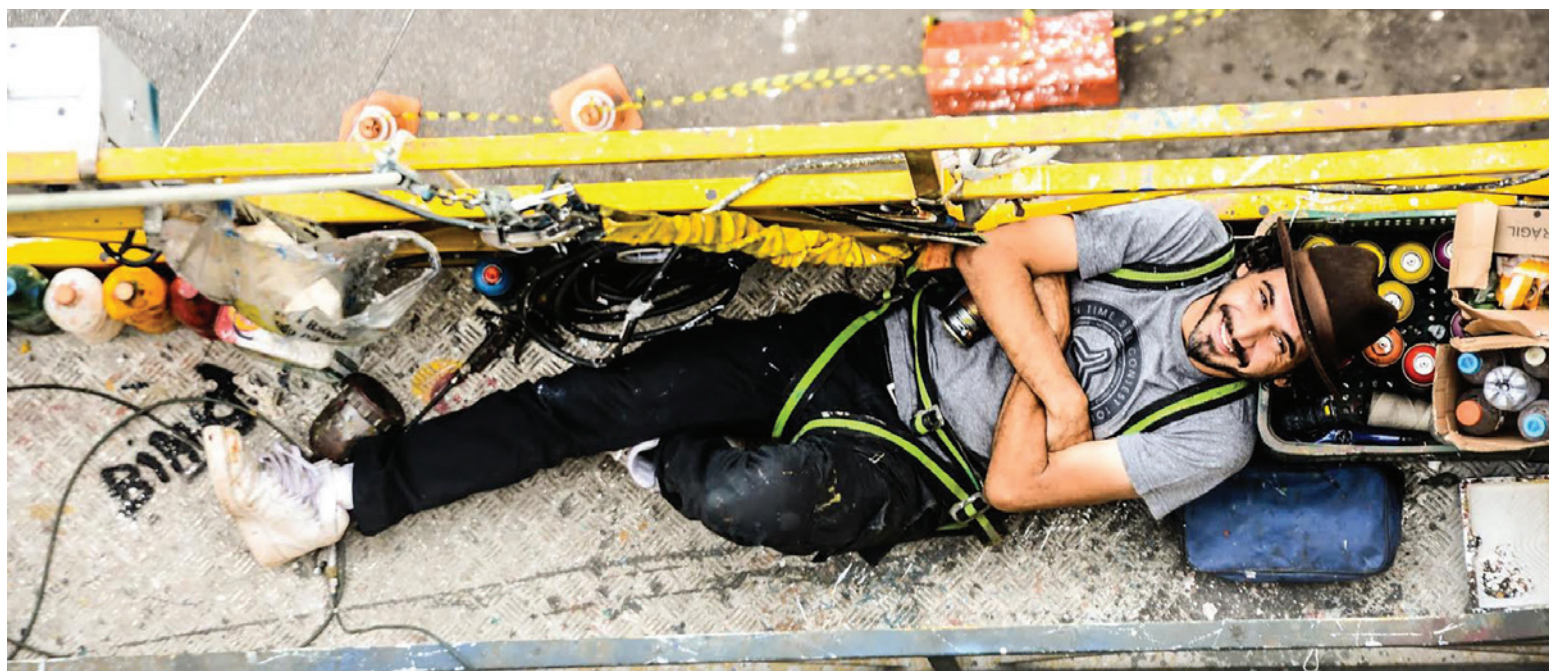


Fotos: Sophia Linares



Cor, forma, identidade e Kobra

Um olhar sobre a vida e obra de um dos mais renomados muralistas da atualidade



Por Fernando F. Maia, Kiara Elias e Laís Bonfim

Eduardo Kobra, artista brasileiro que coloriu os cinco continentes, nasceu em 1975, no Jardim Martinica, bairro pobre da capital paulista, onde começou a pintar muros desde cedo, com 12 anos de idade. “Passei por todos os processos da rua, pixação, da ilegalidade, da discriminação, do preconceito e toda a dificuldade”, conta o muralista em entrevista para o jornal **Contraponto**.

Em sua trajetória, trabalhou em um parque de diversões fazendo cartazes, pintando cenários de brinquedos e criando imagens decorativas para eventos em 1990, sendo reconhecido pelos muros na mídia somente em 2007, através do “Muro das Memórias”. Eduardo diz que, “são 30 anos batendo na mesma tecla e eu sou um cara muito persistente. Embora eu tenha estudado até o terceiro colegial, eu sou autodidata, nunca fiz nenhum tipo de curso relacionado a arte, eu aprendi tudo na rua. Mas, isso não significa que eu não tenha me dedicado muito, a maior parte do tempo estou pesquisando, buscando informação para evoluir no crescimento artístico da minha obra e dessas perspectivas, porque há toda uma dificuldade em todos esses convites e realizar trabalhos nos cinco continentes.”

Para Kobra, um momento crucial na sua carreira foi quando começou a acreditar mais em sua obra e pintar com seu próprio pincel, sem copiar o estilo de outros artistas. Essa evolução, de acordo com

ele, o possibilitou traçar seu próprio caminho e crescer nele.

Inspirado pela natureza, arquitetura moderna e contemporânea, por ativistas sociais e grandes artistas, como Burle Marx, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Diego Riviera, Gustav Klimt, Jackson Pollock e Banksy, o muralista brasileiro, também, se instiga em pequenos artistas. “Eu me conecto com muitos artistas, criei um projeto chamado “Envolve-se”, porque recebemos e-mails de vários lugares do mundo e quando eu estou nesses países, damos a oportunidade para esses autores pintarem junto e a gente fazer essa troca.” e complementa: “Se você vir no meu Instagram, eu faço menção ao João Pedro que é deficiente auditivo e se inspira na minha obra; a gente troca informações. Tem um outro artista na África que temos trocado conhecimento recentemente; e artistas de muitos lugares que a gente vai se conectando e vai se ajudando e dando força um pro outro, porque essas histórias também me inspiram.”

Além desse projeto que ajuda artistas em ascensão, Kobra fundou o “Instituto Kobra: a Arte como Instrumento de Transformação Social” em 2021, para impactar a vida de meninos e meninas das comunidades. Segundo ele: “O instituto ainda é um embrião, está no começo, só agora a gente conseguiu a documentação oficial. Nós temos feito muitas ações online, participado de leilões, ações com outros institutos e ONGs (organizações não governamentais). Mas o intuito mesmo desse instituto – assim que tivermos um espaço físico, que já está sendo negociado – é trazer uma transformação de vida através

da arte, não só da pintura/grafite, mas de todas as manifestações artísticas – como cinema, teatro, música – inspirado na minha trajetória da periferia, da comunidade, pensando no que eu passei e na dificuldade que foi. (...) Eu quero através do instituto formar parceiros e pessoas que possam incentivar pra gente conseguir ampliar isso e ajudar esses talentos a seguirem com esse dom que Deus deu pra eles.”

O processo de criação, segundo Kobra, é algo bem complexo, passa por diversas etapas: o convite para realizar o trabalho, sua aprovação, autorizações para utilizar equipamentos, a viagem em si, organizar os objetos de proteção necessários e pensar nos materiais – que às vezes são diferentes em outros países. Ele, que possui diversos murais espalhados pelo mundo, diz que um dos mais desafiadores foi a obra produzida para a empresa alimentícia “Cacau Show”, o qual ganhou espaço no *Guinness World Records* (o livro dos records) como o maior grafite do mundo – Kobra já havia conquistado tal recorde com o mural *Etnias*, mas decidiu superar a si próprio.

“Posso citar uns painéis difíceis, o mural que entrou para o *Guinness Book* que tem seis mil metros quadrados. Foi muito complexo pra ser feito, levou meses, na verdade. Teve um prédio com mais de 100 metros de altura; são trabalhos que exigem muito, tem todos esses processos envolvidos, a pintura é só o resultado final de um processo longo.”, diz o artista.

Eduardo conta que o importante é o significado e o motivo pelo qual a mensagem foi colocada em seus murais, pode ser um trabalho valendo muito dinheiro

© www.eduardokobra.com



Maior painel grafitado do mundo, estampado na fábrica da Cacau Show, no quilômetro 35 da Rodovia Castello Branco, na cidade de Itapevi, São Paulo

ou um trabalho para uma comunidade, segundo ele, o mesmo nível de dedicação e zelo é exalado.

Só em Nova York, podemos encontrar cerca de 20 de seus grafites espalhados pela cidade. Esse conjunto de obras em especial, é importante para ele, pois foram os artistas de lá que o influenciaram a pintar. Desse grupo podemos destacar a homenagem aos bombeiros que trabalharam no ataque terrorista de 11 de setembro, feita em um prédio na rua 49, perto da Terceira Avenida. O mural é uma releitura da fotografia de Matthew McDermott e procura enaltecer os homens e mulheres que deram suas vidas para salvar outras no dia do atentado.



Localizado em Nova York, o mural homenageia os bombeiros que trabalharam no 11 de setembro

Seu trabalho começou a ganhar maior visibilidade a partir do projeto “Muros da Memória”, em que são retratadas cenas da cidade de São Paulo no século XX. O projeto nasceu em 2002, como forma de protesto contra a falta de preservação do patrimônio histórico, tendo como objetivo registrar a calmaria da vida no passado, algo que está cada vez mais raro nos dias de hoje.

Mesmo já satisfeito com seus 30 anos de carreira, o muralista não pensa em parar. “Todos os convites abrem portas para diferentes possibilidades, trocas. Eu sou muito realizado com tudo que aconteceu na minha vida, mas coisas novas estão acontecendo todos os dias.”

Reflexão: arte de rua e pixação

Arte de rua – como grafite – e pixação são ligadas à marginalização da sociedade. Criticadas por serem muitas vezes gravadas de forma ilegal, elas denunciam uma condição social. Tais formas de expressão são desprezadas, como quando em 2017, o ex-prefeito de São Paulo, João Doria, mandou pintar de cinza os murais da Avenida 23 de Maio. Murais que abrigavam desenhos de grafiteiros e pichadores, autorizados pela gestão de Fernando Haddad (PT) em 2015. Desprezadas, também, quando se pintou de cinza as mensagens do profeta Gentileza, estampadas no Rio de Janeiro – atualmente restauradas devido à comoção popular. O grafite, ainda que polêmico, é mais socialmente aceito que o pixo.

De acordo com o artigo 65 da Lei nº 9.605/98, pichação é crime ambiental e de vandalismo. É considerável o entendimento de que este tipo de expressão desmoraliza o patrimônio público e privado, pelo fato de que não foi produzido sob consentimento. Entretanto, há nuances importantes dentro desta reflexão.

O cientista social e ilustrador Ricardo Campos diz que “O graffiti denuncia um duplo sentido comunicacional. Em primeiro lugar, ‘a mensagem em si’ (o conteúdo), de natureza verbal ou icônica, que transporta um determinado significado. Em segundo lugar, ‘a transgressão em si’ (a ação) transmitindo dissidência e recusa da norma.”

O segundo sentido comunicacional traz à tona a denúncia ligada à arte de rua e pixação. O pixo é uma linguagem própria e complexa, desafia a norma, só é compreendido por quem está inserido neste contexto, é uma forma de dar voz a quem não tem voz. “As pessoas, a grande massa, a nata mesmo ela não anda olhando pra rua, olha mais nem pro céu pra saber se tá bonito, é só pra frente, parceiro, só pra frente e pro chão, pra frente e pro chão (...) a gente poderia fazer graffiti e umas parada mais de aceitação, tá entendendo? Só que a gente vai no ponto em que as pessoas não olham mais, a gente vai na agressão visual (...) é só a sujeira que a gente quer que eles vejam, é uma denúncia, é pra dizer que tem alguma coisa errada aqui”, diz o pixador Vampyro AC em entrevista para o dossiê *O ruidoso silêncio da pixação: linguagens e artes de rua*, publicado na revista *Nava*, 2016, UFJF, de Glória Diógenes e Juliana Chagas.

“Impossível visualizar mentalmente uma cidade contemporânea sem que se imagine suas superfícies de escrita, suas múltiplas formas de apropriação simbólica (...) a relação do grafite com a cultura popular (...) sugere paralelos entre o mundo do grafite e o mundo mediado pela comunicação de massa (...). Os escritos urbanos (...) sejam legais ou ilegais, tomam a cidade na qualidade de uma ampliada tela de expressão de sentimentos e suporte gráfico.”, reflete o já citado dossiê. Pintar as paredes de cinza é somente mais uma tentativa de esconder os reais problemas sociais.



Localizado na cidade de São Paulo, foi seu primeiro mural noticiado na mídia, em 2007

Como poucos, Raphael Escobar escuta e valoriza os moradores em situação de rua da 'cracolândia'

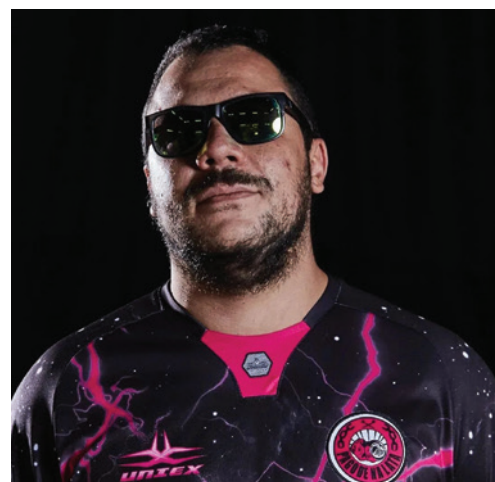
Da Craco Resiste ao Blocolândia, projetos têm o intuito de mostrar além do que o senso comum conhece da região

Por Danilo Zelic

Artista plástico, educador popular e ativista dos direitos humanos. Os projetos, trabalhos e a militância de Raphael Escobar sempre foram pautados por temas recorrentes dos programas de televisão sensacionalistas, famosos pelos dizeres “bandido bom é bandido morto”, a favor da “guerra às drogas” e ao combate dela a partir da violência como peça-chave. Cenário dos projetos é conhecido pelo paulistano há quase 30 anos como “Cracolândia”, localizada no centro da capital paulista, enfrenta desde seu surgimento situações que exigem dos governantes paciência e cuidado.

Cara-a-cara com a especulação imobiliária, a violência estatal e o tratamento inadequado de grande parte da chamada imprensa hegemônica, a Cracolândia e a região central da cidade de São Paulo estão sendo cada vez mais criminalizadas, contribuindo para a instauração da situação de calamidade.

Em entrevista ao **Contraponto**, Raphael Escobar fala sobre questões que pautam o cenário paulistano há tempos, porém são compreendidas sempre a partir da lógica da polícia e não de saúde pública e com abordagem humanitária.



© João Leoci

Contraponto – A obra intitulada “Com quantos pobres se faz um rico?” faz parte da exposição “CONTRAMEMÓRIA”, no Theatro Municipal. Você fez uma publicação no instagram sobre o trabalho escrevendo “acho que aí está um pouco do que penso/produzo”. A ideia da mostra é repensar o que foi a Semana de Arte Moderna de 22. Por que e qual o motivo da escolha dessa obra para integrar a exposição?

Raphael Escobar – O trabalho foi comissionado para a exposição do Theatro Municipal. Eu tinha uma vontade de fazer um projeto na escadaria do Municipal. Boa parte dos meus trabalhos lidam com o limite entre o dentro e o fora do espaço, então, normalmente estão na porta, na entrada ou já do lado de fora, eu jogo o trabalho para dentro ou jogo para fora, esse *flow* acontece. Quando me convidaram para a exposição eu falei: bom, acho que nada mais do justo de entender o Theatro Municipal e o seu entorno, na verdade que é onde tem o povo de rua que não entra naquele local. Essa história bonita até que o teatro tem aberto mais as suas portas para todo mundo é um pouco falácia, então eu queria demarcar isso.

Então, o trabalho é uma placa de sabonete, na verdade, com essa frase forte de entrada. E o que acontece é que a próxima fase do trabalho é isso, ele vai ser recortado, virará pequenos sabonetes e vão ser distribuídos para o povo de rua da região do Theatro Municipal, do entorno dele. Quando eu falo que ele tem muito a ver com os meus trabalhos é isso, é um trabalho que some, vai pra fora. O intuito dele tá pra fora, usar muito do mecanismo das instituições para fortalecer o entorno. Normalmente eu falo que eu faço pedaladas fiscais, tiro o dinheiro da cultura e jogo para o social, então, acho que ele tem essas conversas. E sabonete é forte, sabonete tem essa questão do higienismo, uma discussão toda em volta que me parece muito importante pra aquele contexto.

CP – Falando para o Coletivo Escola de Ativismo, você diz que “A rua é a possibilidade de pautar politicamente como o Estado deve proceder”. O Pagode na Lata e o Blocolândia foram criados com esse intuito, para além da socialização que são esses dois projetos?

RE – Eu acho que não. Por acaso você pegou dois projetos emblemáticos, eu diria que os dois não vão tão por essa

via. Esse bloco de carnaval, o Blocolândia, é uma ideia de se fortalecer em rede, entre todo mundo, é menos sobre pautar o Estado e mais sobre pautar a vizinhança, porque a vizinhança que estigmatizava essas pessoas. Então, passar um bloco com os caras cantando, tocando, que compõem, muda uma relação daquele universo, daquele recorte específico das pessoas, acho que também cai um pouco sobre micropolítica.

Talvez o pagode sim, talvez eu conseguiria até jogar o pagode nisso. Porque na verdade o pagode é uma estratégia de economia solidária, lógico que tem essa parte da socialização de tocar o pagode junto e tal, mas é um projeto que vai tocar em vários lugares e esse pessoal recebe para tocar. Logo eu que acho que o Pagode na Lata sai de um estereótipo de economia solidária, que é um caderno, um artesanato, ele vai para outras potencialidades da galera de rua, então, talvez ele poderia entrar um pouco nessa discussão.

Mas eu sinto que esses projetos estão numa lógica mais de fortalecimento de rede, “nóis por nós”. Acho que quando eu falo na Escola de Ativismo essa ideia de pautar politicamente é mais sobre ato de rua mesmo, eu tenho essa impressão.

CP – Como tem sido a realidade da cracolândia durante esses dois anos de pandemia?

RE – A realidade da Cracolândia é que ela triplicou de tamanho, o único serviço da Prefeitura que tinha foi fechado na segunda semana de pandemia, e é uma tentativa de chacina mais uma vez, uma tentativa de morte desse pessoal, triste, né? Quem fortaleceu aquele território durante dois anos de pandemia foram os trabalhadores por conta própria, os ativistas, os coletivos da região, que fortaleceram, que fizeram tentar andar as coisas um pouquinho menos pior, não dá pra dizer para melhor. Porque o Estado mesmo jogou eles ao léu, e quando começaram atuar de novo é bomba. Hoje em dia, o pessoal tá tudo espalhado pelo centro de São Paulo com a polícia correndo atrás deles, não deixando eles sentarem, é uma nova versão da “Dor e Sofrimento” [Operação realizada em 2012 pela Prefeitura e Estado de São Paulo para acabar com a ‘cracolândia’]. É muito deslegante eu diria, é um processo de extermínio constante naquele território.

Festival de Parintins: a maior ópera a céu aberto do mundo

Todo ano ocorre na cidade amazônica a festa mais importante do norte do país

Felipe Oliveira, Lucas Allabi e Lucas Malagone

Nenhum movimento cultural mexe tanto com uma região brasileira como o Festival Folclórico de Parintins, que acontece desde 1965, na cidade de Parintins, no Amazonas. A princípio, ele foi criado para arrecadar fundos para a igreja da cidade, mas o festival tem suas origens datadas antes do século 20, com a mitologia dos bois, que teve seu início nas tribos indígenas locais.

Desde 1966, a apresentação é composta por dois Bois-Bumbá: o “Garantido”, com suas cores vermelhas, e o “Caprichoso”, em tinturas azuis. Os dois competem musicalmente, com danças e movimentos grandiosos de alegorias que vêm de acordo com o tema de cada ano. O povo da cidade e até do estado do Amazonas se dividem entre eles, usando cores, formas, signos e cantos para representar a torcida de cada um.

O festival consiste em três dias de festa, com cada Boi-Bumbá se apresentando por duas horas, um na sequência do outro, sendo eles avaliados por 21 quesitos de classificação. Os principais deles são: a toada, que é a canção escolhida para pautar a exibição; o apresentador, vulgo intérprete da música; e a batucada, formada por mais de 400 ritmistas.

A rivalidade entre os torcedores de cada Boi-Bumbá foi ganhando forma e aumentando ano após ano, ao ponto de empresas mudarem suas cores tradicionais em função do festival. Bradesco, Coca-Cola e Pepsi são algumas que patrocinaram o evento e transformaram suas marcas para expô-las nas torcidas dos bois rivais.

Desde 1975 a prefeitura banca o evento com verbas públicas, transformando-o no grande acontecimento turístico da região.

Neste ano, a transmissão da maior ópera a céu aberto do mundo será pela TV Cultura em parceria com a emissora manauara, TV A Crítica, de 28 a 30 de junho, com duração de 5 horas. Em todos os dias, a festa será realizada no Centro Cultural de Parintins – conhecido popularmente como Bumbódromo, com capacidade de até 35 mil pessoas.

Nessa época, as apresentações dos Bois-Bumbá geram empregos e renda para os residentes da cidade e, com grande destaque no comércio, a Ilha Tupinambarana lucra com as vendas temáticas do espetáculo.

O evento recebeu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil em novembro de 2018, pelo Instituto do



© Bianca Paiva/ Agência Brasil

Apresentação do boi Garantido, na primeira noite do festival de 2016

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Além de sua importância cultural, evidenciada pelo seu tombamento, sua relevância econômica é bem manifestada na região, já que ocorre a ida de mais de 70 mil turistas todos os anos, ou seja, mais que a metade dos habitantes de Parintins.

Um exemplo é Júlio Castilho, 38, turista apaixonado pelo evento. Ele, nascido em São Paulo, vem de uma linhagem de escola de samba desde a infância, e afirma que há um intercâmbio de muitos anos entre o carnaval e o festival de Parintins. Essa troca fica evidenciada pelos carros alegóricos, que são concebidos pelos mesmos criadores em ambos os eventos.

Segundo ele, sua paixão eterna é o carnaval, porém ao longo do tempo viu os valores se perdendo dentro das comunidades carnavalescas, sendo em Parintins que encontrou tudo que queria vivenciar nessas festas: o amor sincero e dedicação das pessoas transbordando pelo evento. “Eu encontrei uma cidade que se divide em duas cores, que pinta todas as casas como se fosse Copa do Mundo; encontrei vários bairros inteiros azuis e vermelhos; encontrei o respeito pelo povo que não paga para assistir”.

O primeiro contato visual de Castilho com a festa foi pela televisão, mas em 2019 ele teve a oportunidade de estar presente no Bumbódromo e afirmou que o “ao vivo” transcende qualquer sentimento visto na tela.

Por ser de São Paulo, ele formou um grupo com outras pessoas apaixonadas pelo festival, com o objetivo de trazer artistas, cantores e itens oficiais de Parintins para ser feita também, em terra paulista, a festa dos bois.

O paulistano diz que escolheu o boi Caprichoso pelas questões poéticas e visuais. “Sempre o que mais me chamou a atenção, antes de ir para lá, foi a parte musical. Sempre gostei muito dos cantores e

das toadas; da melodia, do sentimento e da sensação de paz que elas me transmitem, e eu sempre achei que o Caprichoso é um boi que tem toadas mais poéticas, densas, mais bem trabalhadas. Às vezes até menos explosivas, porém mais ricas poeticamente e melodicamente”.

Ele se dedica a conhecer profundamente a história, a origem e as músicas do festival. Lembrando que diferente do carnaval, que tem apenas um enredo, as toadas são em torno de 25.

Por outro lado, apesar da beleza do evento, Adão Modesto, 38, ressalta a precariedade da cidade: “Parintins é extremamente distante, caro, ruim de serviço e de infraestrutura. Todo ano ir pra lá é uma grande loucura. São 24 horas de barco de Manaus até a cidade. O preço da passagem é o mesmo preço para a Europa.”

Ele também é de São Paulo e viaja quase todo ano até Parintins para prestigiar o espetáculo. Modesto conheceu os Bois-Bumbá por meio da transmissão televisiva e logo se apaixonou. Decidiu ir para Manaus, pois tinha o hábito de conhecer todas as regiões do Brasil por meio de várias viagens e conta que sofreu uma espécie de catarse ao entrar em contato com o boi.

Voltando para a capital paulista, ele foi atrás de mais coisas relacionadas ao festival e conheceu a festa da Sumaré, ponto de São Paulo onde se reúnem os adeptos dos bois. Depois disso, ele resolveu planejar também as coisas relacionadas ao Bumbá: “A gente ajuda a organizar. Já teve artista que dormiu em casa.”

Ao contrário de Castilho, Modesto é partidário do Boi Garantido. “Eu sou um cara do lado popular da história. Sempre vou para o lado do povo. Boi Garantido é do povão, é assim que ele é conhecido. Boi de gente simples.”

Apesar das dificuldades, a festa deste ano promete tanto quanto a dos anos anteriores e os envolvidos exalam um entusiasmo esfuziante.

“Eu sou do GrimeBR, mas acima de tudo carioca, que é a minha cidade, minha vivência”

Do Reino Unido ao Brasil, a vivência do Grime em terras brasileiras

Gabriel Cordeiro, Ian Valente, José dos Santos e Renan Barcellos

O Grime, estilo *underground*, se popularizou no Reino Unido no começo da década de 2000 e vem cada vez mais ganhando espaço dentro da cena do hip-hop brasileiro, através de programas como o Brasil Grime Show e MC's (sigla para “Mestres de Cerimônias”, termo antigo que foi incorporado por diferentes músicos de diversos estilos musicais) como Fleezus e SD9.



© | Hate Flash

O estilo surgiu no bairro Bow, em Londres na Inglaterra, como um derivado do UK Garage, um gênero musical eletrônico. O Grime tem diversas semelhanças como o Dubstep e o Bassline, todos sendo considerados derivados do eletrônico. Além disso, ele traz o hip-hop, o ragga, Jungle e Drum e Bass como referências dentro dele.

Com batidas rápidas em torno de 140 por minuto (BPM), o Grime se caracteriza por ser acelerado e enérgico, até por ter raízes no eletrônico, gênero popular em toda a Europa. O estilo é visto como uma vertente do Rap/Hip-Hop no Reino Unido e criou grandes nomes para a música internacional, como o Skepta e o Stormzy.

No Brasil, alguns artistas usaram referências do Grime em suas músicas na primeira década de 2000, como Xis na música “Chapo o Côco”, de 2001 e a “Cidadão Comum Refém” de MV Bill, parceria com o Charlie Brown. Jr, que usam o estilo britânico como base para as batidas.

Porém, o gênero só se consolidou em terras verde e amarelo em meados de 2019, com o lançamento no Youtube do primeiro vídeo do Brasil Grime Show, programa inspirado nos Grime shows britânicos, que são uma batalha entre o Mc e o DJ, onde o artista se prova cantando suas músicas com outros beats e sem poder errar.

Em entrevista ao **Contraponto**, o MC de Grime, SD9, referência no assunto, foi um dos primeiros a interpretar o gênero de uma forma antropofágica, juntando o

“funk proibidão” do Rio de Janeiro ao Grime londrino. Lethal Bizzle foi o primeiro Mc de Grime que o cantor ouviu, apesar de ainda não identificar o estilo musical em 2006 no jogo “Fifa Street 2”. Depois disso, o reencontrou em 2015 com cantores já conhecidos mundialmente como Skepta e Double D E.

“Se você vai falar de Grime hoje no Brasil não tem como não falar de Brasil Grime Show e SD9”, a primeira participação no canal em 2018 trouxe um Grime show com ANTCONSTANTINO, JXVN\$ e SD9 iniciando uma nova etapa no cenário de Grime brasileiro. O Mc já participou de ao menos oito edições do programa e diz que ajudou a alavancar sua carreira e conhecer várias pessoas: “a importância do programa é maneira, porque a maioria das pessoas que participam não são MCs de Grime, vários são do trap ou drill, e é importante porque é um veículo de fomentação da cultura, o estilo ainda é muito pequeno”.

O artista lançou dois álbuns nos últimos anos, o primeiro “40º. 40”, e o segundo, uma versão *deluxe* do mesmo. O primeiro trabalho retrata as experiências do cantor no Rio de Janeiro. “Aquele é o disco da minha vida, do meu bairro, da minha vivência”, disse ao **CP**. A obra se inspira nos álbuns “Good Kid, M.A.A.D City” do Kendrick Lamar, além de “ReadyTo Die” do Notorious B.I.G.

A versão *deluxe* traz uma pegada mais bruta para “40º.40”. Segundo o cantor, “o *deluxe* tem muito mais uma *vibe* eletrônica. E os papos mais ‘bala’, tanto é que o segundo álbum não alcançou o mesmo que o original, porque é diferente por mais que os temas sejam os mesmos, ele é mais explícito e tem uma visão diferente do primeiro. Ele é mais divertido só que mais pesado nas palavras”.

O estilo carioca de SD9 não se prende ao “grime proibidão”: o Mc leva o estilo do Rio de Janeiro até para sua estética visual, abusando de roupas convencionais do Grime inglês, os famosos *tracksuit*, que são conjuntos de moletom, normalmente de times de futebol. Um exemplo disso é “Calmo Remix” onde SD9 remixa o *single* do MC paulista Fleezus, ambas as músicas refletem o estilo de vida das metrópoles do sudeste brasileiro.

Lucas, mais conhecido como Fleezus, é um paulistano envolvido com música desde a sua infância, iniciando sua carreira musical no coral da igreja que sua mãe frequentava, como revelou em entrevista para o blog centraldotimão.com.br. O artista é um veterano da cena Hip-Hop brasileira, tendo participado da criação da RecaydMob, coletivo de trap que se

mantém como um dos maiores grupos desse estilo. Além disso, ele também participou de duas músicas para o Corinthians: “Tropa do Corinthians” e “1990, O início de uma Era”.

Em 2019, com a colaboração de Febem e Cesrv lançaram o álbum “Brime!”. O disco alcançou um grande público, com faixas de mais de 800 mil visualizações. Os rappers já conceituados obtiveram êxito em dar visibilidade ao Grime brasileiro, ganhando o prêmio de melhor álbum do ano de 2019 pela Genius Brasil.

A palavra *Brime* seria a junção de Grime com a sigla do Brasil, desconstruindo a ideia de que é algo de fora, trazendo para a nossa realidade, com letras sobre problemas sociais brasileiros, associadas a uma batida estrangeira. O álbum conta com uma versão em vinil, lançado em parceria com o selo britânico Butterz, versão que conta com outra capa, na qual mostra os três artistas e alguns amigos em cima de uma laje, em oposição a capa original que mostrava o jogador do Corinthians, Anderson Sebastião Cardoso, conhecido como Chicão, dando um carrinho em Eden Hazard, jogador do Chelsea, na final do Mundial de Clubes de 2012.

Na cena do hip-hop nacional existem diversas vertentes e cada uma possui características próprias, criando uma identidade para cada braço do gênero. “Eu sou um dos caras que separa rap do Grime, o Febem é rap. Eu mesmo faço rap, trap, funk, mas sou Mc de Grime. Mas as festas que eu canto são de rap e isso porque o Grime ainda é muito pequeno”, disse SD9. Para ele, o crescimento do estilo no Brasil para uma esfera popular é impossível e nunca deixará o *underground*: “As pessoas subestimam muito o Grime e eu vi isso quando cheguei aqui em Londres, porque a cena do estilo daqui é pequena e olha que o ‘bagulho’ surgiu aqui”, finaliza o cantor, que está estudando e fazendo produções da modalidade musical natural da Inglaterra.



Cesrv, Fleezus e Febem em Londres

© Jesse Bernard

A ascensão do mercado de livros eróticos

Para a sexóloga Caroline da Silveira Schlossmacher, leitura do gênero proporciona diminuição do tabu sobre a sexualidade feminina

Por Maria Ferreira dos Santos e
Ricardo Dias de Oliveira Filho

Lançado em 2011, “Cinquenta Tons de Cinza”, de Erika L. James, se tornou um fenômeno, resultando na continuação em dois outros livros e na adaptação cinematográfica sob direção de Sam Taylor-Johnson. Devido ao sucesso da saga, outras editoras e produtoras seguiram caminho similar, desenvolvendo obras como “Bridgerton” (2000), de Julia Quinn, “After” (2014), de Anna Todd, “A Barraca do Beijo” (2021), de Beth Reekles e “Através da Minha Janela” (2022), de Ariana Godoy.

Apesar da visibilidade adquirida por meio do audiovisual, o gênero erótico, ou *hot*, está presente desde a época das ficções criadas por fãs, popularmente conhecidas como *fanfics*, que tiveram início nos anos 90 e 2000 com histórias que, em geral, envolviam famosos ou personagens fantasiosos, como vampiros e magos. “Eu comecei a ler *fanfic* e a escrever. Foi assim que entrei no mundo do *hot*”, declarou Camila Cocenza, autora de livros românticos e eróticos, em entrevista ao **Contraponto**. Não à toa algumas dessas obras chegaram originalmente em sites e aplicativos de *fanfics*, como o Wattpad, para depois serem publicadas pelas editoras.

Ao **Contraponto**, Caroline da Silveira Schlossmacher, psicóloga e sexóloga,

explicou o porquê de tanto interesse no gênero. “A literatura erótica te dá a possibilidade de mergulhar nas fantasias sexuais, em que você pode imaginar o(a) personagem principal da forma que te agrada, além de outras coisas proporcionadas pela leitura. O crescimento também se dá ao fato de que estamos, cada vez mais, falando de forma mais tranquila sobre sexualidade, desconstruindo o tabu”. O posicionamento da profissional é semelhante ao de Cocenza. Para a escritora, a leitura, justamente por ser um tabu, “acaba tornando-se mais instigante”.

Os vídeos que viralizam nas redes sociais, as *trends*, também podem ser encarados como fatores relacionados à ascensão do gênero literário. “Na Amazon alguns autores sempre estavam ali [na lista de mais vendidos]. Depois que começaram as publicidades via TikTok e Instagram, abriu espaço para todos. Um vídeo que viraliza te leva ao top 1, top 5”, apontou Camila.

Um exemplo disso é a conta no Instagram “@debsleitora”, em que a produtora de conteúdo Debora Luísa se dedica a falar sobre o assunto. “Eu acho que esse gênero sempre foi muito grande, tanto que, quando você entra na Amazon, só livros

eróticos estão no topo. Acredito que tem crescido cada vez mais por conta do *bookstagram* e *booktok*, que tem divulgado a existência dos livros. Todo dia tenho seguidoras que falam ‘nossa, eu não sabia que tinha livro assim. Onde encontro?’, o que é bem legal, porque você vê que o interesse pela leitura tem crescido também”, disse a influenciadora.

Paralelamente, a libertação sexual tem forte impacto, uma vez que, historicamente, o lugar de sensualidade não era ocupado pela comunidade feminina. A atualidade quebra com o silêncio, trazendo ao mercado escritoras e leitoras. Cocenza defende que anos atrás uma mulher lançar um livro erótico era impraticável. Além do protagonismo e espaço adquirido hoje, a partir do momento que a mulher entende seu corpo, ela se torna dona de sua própria sexualidade e poder.

Sobre as consequências individuais e coletivas em relação à ascensão, Schlossmacher explicou: “O que mais pode gerar como contribuição é o empoderamento feminino, a diminuição do tabu que cerca a sexualidade, além da normalização de que as mulheres têm interesse sexual e que devem explorar a própria sexualidade. No que diz respeito à individualidade, a literatura erótica pode proporcionar autoconhecimento e melhorar a autoestima”.

Embora o gênero desperte empolgação na comunidade leitora, há divergências em relação à romantização de relacionamentos não saudáveis e/ou a criação de parâmetros irreais, uma vez que algumas das obras apresentam personagens atrelados ao estereótipo de “homem dominador”, como também da mulher como ser inexperiente ou sedento. Diante desse cenário, a psicóloga alerta: “Uma pessoa não precisa ser autoritária e muito menos abusiva para ser sexy. Ao contrário, diálogo e acolhimento podem gerar mais tesão. Esse é um ponto importante para chamarmos a atenção, visto que ainda, infelizmente, é comum existirem relacionamentos abusivos e, principalmente, violência contra a mulher”.



© Montagem: Maria Ferreira dos Santos

Antes encarados como tabu, livros eróticos
impulsionam libertação sexual da
comunidade feminina

Patrimônio brasileiro, Museu do Ipiranga reabrirá no Bicentenário da Independência

O edifício, fechado há nove anos, contará com novas tecnologias, diretrizes de segurança e acessibilidade

Por Carlos Gonçalves e Rafaela Reis Serra

O Museu Paulista da Universidade de São Paulo, também conhecido como Museu do Ipiranga, foi inaugurado oficialmente em 7 de setembro de 1895, sendo o museu público mais antigo da cidade de São Paulo. O complexo histórico é constituído pelo edifício-monumento e o Parque da Independência. Vinculado à USP desde 1963, como uma instituição científica, atua como espaço para a pesquisa educacional, cultural e histórica.

O edifício, tombado pelo patrimônio histórico municipal, estadual e federal é detentor de um acervo que abrange objetos e obras de artes, cujas narrativas englobam períodos antes e após a independência da nação. O museu ergue a conjuntura da origem brasileira, preservando em seu espaço a memória que não deve ser esquecida.

A criação se deu logo após a Independência de 1822, quando começou a se organizar os primeiros fundos para pensar um monumento que homenageasse o acontecimento. “Há quem diga que José Bonifácio começou a fazer um fundo. A princípio, não se tinha a ideia da construção de um museu, mas um monumento. Havia poucos grandes monumentos espalhados pelo país e, no Rio de Janeiro, era onde havia mais”, explica Marcelo Rainho, jornalista, designer e pesquisador de arquitetura e urbanismo.

A câmara Municipal de São Paulo, em 1869, começou a se organizar e fez uma comissão, junto à corte de Dom Pedro II, para pensar em um projeto em homenagem à data. Foram promovidos concursos para escolher o melhor projeto e quem seria o responsável pela construção.

“Coincide com a imigração estrangeira no Brasil, principalmente em São Paulo. Uma das pessoas que despontam no projeto é o engenheiro italiano, Tommaso Gaudenzio Bezzi, uma das figuras mais importantes para o museu, porque ele não só contribui para o projeto, como para o estilo dele, mas também para o quê deveria ser o espaço de celebração da Independência”, comenta Rainho.

Construção e acervo

Utilizando da técnica de alvenaria com tijolos cerâmicos em sua composição, o arquiteto e engenheiro italiano foi contratado, em 1882, para realizar o projeto do edifício no local onde aconteceu o grito de independência do Brasil. A construção começou em 1885, medindo 123 metros de comprimento e 16 metros de profundidade e contou com o trabalho de mais de 300 pessoas.

Para a execução do planejamento de Bezzi, foi escolhido o italiano Luigi Pucci, cuja importância é enorme para a arquitetura da capital paulista, e o fez em tempo recorde: quatro anos.

O estilo arquitetônico eclético do museu foi inspirado nos palácios renascentistas, com predominância no neoclássico europeu. As obras foram encerradas em 15 de novembro de 1890, primeiro aniversário de comemoração da República. Na década de 20, o projeto do paisagista alemão, Reynaldo Dierberger, foi escolhido para os jardins ao redor do edifício, cujo desenho se mantém, em sua maior parte, até os dias atuais.

O Museu do Ipiranga contém em seu acervo mais de 450 mil artigos, entre esculturas, quadros, jóias e documentos, alguns datados do século XVI até meados do século XX, que servem como base para compreender a sociedade brasileira. Os acervos são formados em três linhas de pesquisa: Cotidiano e Sociedade, o Trabalho e a História do Imaginário.

Restauração

Em 2013, o Museu precisou ser fechado após a constatação de problemas em sua estrutura, apresentando rachaduras e infiltrações nos forros de suas paredes internas, acarretando no desmanche da argamassa e o apodrecimento dos troncos que a sustentam. Após seis anos de espera, as obras foram retomadas no edifício, com a licitação para a construtora Concrejato.

Com etapas que envolviam a proteção dos bens artísticos integrados à constru-



© H+H Arquitetos

Projeção em 3D do
Novo Museu do Ipiranga



© Concrejato/José Rosael/Hélio Nobre

Reforma dentro do edifício

ção, o acompanhamento arqueológico e planejamentos garantiram a execução do restauro. Com um trabalho meticuloso, a argamassa e as tintas do edifício precisaram ser analisadas em laboratório por terem características específicas que eram utilizadas no século XIX – já que o projeto atual segue o modelo primário do museu – assim como os 7.600m² da sua fachada, repintados com o amarelo original.

Simultaneamente, mais de três mil itens do acervo estão passando por algum tipo de restauro. A obra “Independência ou Morte” (1888) de Pedro Américo, porém, não pôde ser retirada do museu por causa de suas dimensões: 4,15m x 7,60m, superior ao tamanho das portas e janelas do salão. Estando montada no museu desde a sua finalização, sem nunca ter sido retirada, a sua restauração foi feita lá dentro. Entre as outras obras mais famosas, está a maquete da própria construção e a reprodução da cidade de São Paulo do ano de 1841.

Além do acervo, todas as partes que compõem o museu foram restauradas: os 1500m² de pisos de ladrilho hidráulico franco-alemão passaram por um refinado processo de restauro; as 450 portas e as janelas, as últimas que tiveram os seus vidros substituídos por vidros especiais importados da Bélgica, impedindo a entrada de calor e a luz do sol para o interior do edifício. Tal atitude foi necessária, pois a estrutura não suportaria a implementação de um sistema de ar condicionado.

A questão dos patrimônios históricos terem o processo de restauração postergado até o limite estrutural permeia os monumentos culturais brasileiros. O jornalista Marcelo Rainho conta que, além das questões políticas, passa também pelo ideal modernista que abrange uma ideia jocosa do antigo: “Mário de Andrade chamava a arquitetura do museu de ‘bolo de noiva’”.

“Memória não é saudosismo, memória é identidade. Muitas vezes na memória, estão as soluções para os problemas atuais, para os problemas do futuro”, finaliza o jornalista.

No caso do Museu do Ipiranga, diferente do ocorrido no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 2018, há um esforço para manter o acervo salvo de tragédias.

Entre os quesitos principais para a preservação do museu, está o sistema de prevenção de incêndios. Composto por uma rede de *sprinklers* – chuveiros automáticos que serve como um dispositivo para a extinção de incêndios – interligados, somado ao sistema de detecção de fumaça que analisa constantemente o ar ambiente – identificando partículas de resíduos queimados indicativos do início de um incêndio –, além da implantação de proteção térmica em toda a estrutura do prédio, a reforma integral do sistema elétrico, dentre outras medidas modernas contra incêndio.

Outra etapa da obra que chama a atenção pela sua audácia: a ampliação do museu. A 12 metros de profundidade, foi realizada uma escavação no seu subsolo que o dobrará a sua área útil. Trazendo o contemporâneo ao museu, a nova área irá abrigar a entrada principal, bilheteria, auditório, espaço educativo, café, loja e sala de exposição temporária. Desse piso, um túnel levará até as escadas rolantes e elevadores com acessibilidade, pelas quais será possível adentrar no hall do edifício histórico, provocando no visitante o contraste de arquiteturas, o contemporâneo conectado ao clássico.

O novo projeto de acessibilidade também será visto no museu e nas respectivas exposições: telas táteis, reproduções em metal, maquetes tridimensionais, mapas táteis para localização dos visitantes, dispositivos olfativos, reproduções multisensoriais, como cadernos em braile. E há também o restauro do jardim francês que permeia o Museu, onde toda a flora foi mantida.

O Museu declarou uma previsão de gastos iniciais de 21 milhões de reais em 2013, sendo corrigido para 211 milhões de reais. As obras de restauro, ampliação e modernização são financiadas via Lei Federal de Incentivo à Cultura, pela gestão do Projeto Novo Museu, por investimentos privados e também por aportes públicos. O início das obras de restauração e modernização do museu começou em 2019, e a reabertura está marcada para o dia 7 de setembro deste ano, data da comemoração do Bicentário da Independência do Brasil.

Com o restauro do Edifício-Monumento e com 99% das obras finalizadas, o local terá doze exposições, dentre elas, a mostra “Uma história do Brasil” e “Para entender o Museu”, estimando a visita de um milhão de pessoas por ano, segundo a assessoria de imprensa do Museu Paulista.

© Acervo Museu Paulista da USP



Museu do Ipiranga e o jardim, no começo do século XX

Museu do Ipiranga já em reforma, no final de 2020



© Rafaela Reis Serra

Após campanhas de incentivo, TSE comemora a marca de dois milhões de novos eleitores

Tribunal Superior Eleitoral encorajou adolescentes a tirarem o título eleitoral e obteve apoio de Anitta e até do ator norte-americano, Mark Ruffalo

Por Anna Cecília Nunes e Victória Toral

Desde o início do ano, personalidades usaram as redes para falar sobre a importância de tirar o título de eleitor. Nomes como Anitta, Juliette, Zeca Pagodinho, Whindersson Nunes, Mark Ruffalo, Luísa Sonza e a página Mídia NINJA abriram espaço nos perfis e incentivaram adolescentes a fazerem o cadastro.

“Tem 16 ou 17 anos ou fará 16 anos ATÉ 02 de Outubro? Mudou de cidade e quer votar para o novo presidente do Brasil? Então, fique sabendo que é muito fácil tirar ou transferir o título hoje em dia! É tudo online e não precisa de biometria”, menciona Anitta no perfil oficial do Twitter.

Além dos famosos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu a Semana do Jovem Eleitor de 2022 em conjunto com todos os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). A iniciativa, criada em 2015, teve como objetivo aumentar o número dessa faixa etária, que contribuirá para a escolha dos representantes políticos do país, através das redes sociais.

Alguns artistas que estiveram no festival Lollapalooza se expressaram durante as apresentações, quanto a esse movimento de recrutar os jovens a se cadastrarem. O cantor Jão foi um dos que, após gritos de protesto contra o atual Presidente da República,

Jair Bolsonaro, discursou sobre a importância de não ficar apenas nas falas e partir para a ação.

Após as campanhas de incentivo, o TSE, ao encerrar o prazo do cadastro eleitoral, comemorou a marca histórica de mais de dois milhões de jovens eleitores em 2022. A notícia foi cedida pelo ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal, na abertura de sessão no dia 5 de maio.

“Entre janeiro e abril deste ano, o país ganhou 2.042.817 novos eleitores entre 16 e 18 anos, que no dia 2 de outubro comparecerão às urnas para exercer o nobre e digno direito do voto”, anunciou o ministro.

De acordo com o site do TSE, esse número representa um aumento significativo de 47,2% em comparação a 2018 e 57,4% com relação a 2014. No mês de março, o país angariou 522.471 eleitores de 16 a 18 anos e, em abril, o número foi para 991.415, com um crescimento de 89,7% comparado ao mês anterior.

O Tribunal Superior Eleitoral explicou a importância dos votos nas eleições:

“O TSE entende que é por meio do voto que os brasileiros escolhem os representantes no Poder Legislativo (vereador, deputado estadual, federal, senador) e no Poder Executivo (prefeito, governador e presidente), por isso a eleição é tão importante. Ao votar, o cidadão pode ajudar a mudar o futuro da cidade, do estado e do país”.

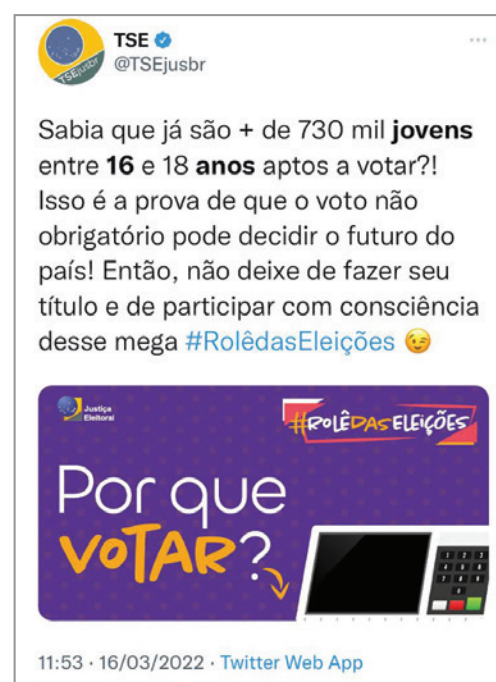
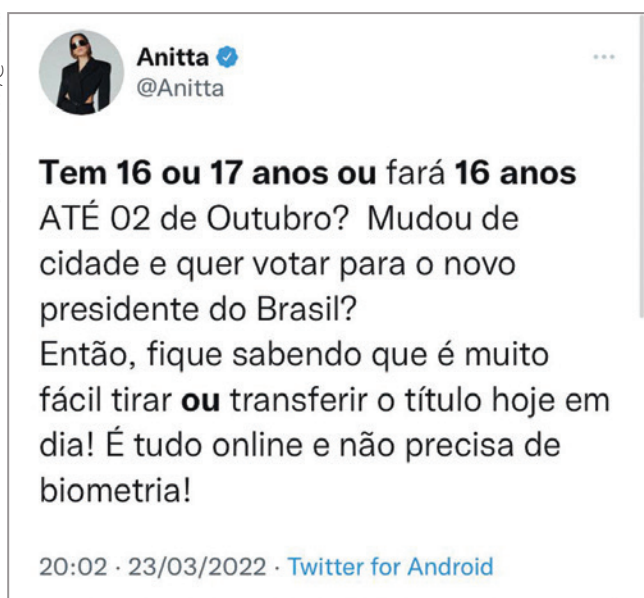
Ana Clara Chaves, 17, disse que o despertar do interesse em votar neste ano aconteceu devido à sua insatisfação com o atual governo: “No meu caso, eu já tinha como objetivo tirar o título, pois sou claramente insatisfeita com o atual presidente. Isso me motivou a tomar um posicionamento nesta eleição, pois é o ano de eleger a presidência”.

O advogado eleitoralista, Francisco Octavio de Almeida Prado, ressalta que, mesmo com o aumento da representatividade do público jovem, ainda não se pode afirmar que esses números impactarão nas eleições deste ano.

O que se pode esperar é uma mudança na propaganda partidária dos candidatos, com propostas específicas voltadas para esse público e o uso das redes sociais na disseminação das mensagens dos políticos.

“O candidato majoritário jamais vai poder falar só com o jovem, porque, se fizer isso, ele afasta o resto da população. Mas ele pode e deve ter preocupação de falar com esses eleitores e isso pode ser decisivo no resultado final, especialmente se houver uma proximidade numérica entre os dois primeiros colocados numa eleição”, explica Prado.

© Print: Twitter/@Anitta



© Print: Twitter/@TSEjusbr

Cinema Nacional sofre com sucateamento das políticas culturais

Lançamento do filme *Medida Provisória* reacende debate sobre o futuro do audiovisual brasileiro

Por: Lucas Santoro, Nathalia Teixeira e Vicklin de Moraes

O Brasil é um dos países latino-americanos com o maior número de indicações ao Oscar. Com clássicos como “Cidade de Deus” (dirigido por Fernando Meirelles, em 2002) e, em tempos mais recentes, o documentário “Democracia em Vertigem” (de autoria de Petra Costa, em 2020), demonstra que deveríamos ser uma nação com incentivos mais contundentes aos nossos talentos. Além disso, o país contou com uma indicação no Oscar deste ano: “Onde Eu Moro”, curta-metragem dirigido pelos diretores Pedro Kos e Jon Shenk, concorrendo à premiação de melhor curta na edição do evento. Apesar de o Brasil nunca ter ganhado nenhuma estatueta de melhor filme de longa-metragem, o fato de possuir tantas indicações, mesmo sendo um país com tão poucos estímulos à produção nacional, torna-se surpreendente e expressivo.

O longa “Medida Provisória”, dirigido por Lázaro Ramos, filmado em 2018 e teoricamente lançado em 2020, chegou aos cinemas brasileiros apenas em maio de 2022. O filme, cujo tema principal possui um cunho político muito forte, passou por diversos trâmites até ser exibido no país. A obra retrata um Brasil distópico, em que um governo autoritário aprova uma medida provisória para que todos os cidadãos afrodescendentes retornem ao seu continente de origem, gerando uma revolta sem precedentes por parte da população. Por ter um enredo com um teor crítico a regimes autoritários e retratar o que podemos denominar de “o cúmulo do racismo”, houve um atraso em seu lançamento. A atriz Taís Araújo, em entrevista para a *Rolling Stone*, disse acreditar que o filme passou por um processo de censura sim, e criticou duramente a “burocracia” pelo qual o longa passou. “Acho que o filme sofreu [censura] sim, mas ainda bem que foi liberado, porque o Brasil merece ver e discutir esse assunto.”



Cena do filme “Medida Provisória”

Antes de ser eleito, o atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, já se posicionava em relação ao descaso em relação à cultura. Em 2 de dezembro de 2018, após o incêndio no Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro, ele foi questionado por jornalistas na saída de uma comissão na Câmara dos Deputados e Bolsonaro ironizou: “Já está feito, já pegou fogo, quer que eu faça o quê? O meu nome é Messias, mas eu não tenho como fazer milagre”. Em 2019, Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura, transformando-o em Secretaria da área.

Após sua eleição, o atual presidente criticou e cortou verbas de diversas áreas da cultura. Como é o caso da Lei Federal de Incentivo à Cultura Nº 8.313/1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet. A legislação oficializa o mecenato, permitindo que pessoas físicas e jurídicas destinem parte dos recursos que iriam para o pagamento do Imposto de Renda ao financiamento de obras artísticas. Bolsonaro já chegou a classificar a lei como “desgraça para cooptar defensores dos governos passados”.

Após uma série de cortes orçamentários, em 2021 parte do acervo da Cinemateca Brasileira de São Paulo, localizado em um galpão na Vila Leopoldina, pegou fogo. No ano anterior, já havia indícios de que a organização não se encontrava em uma boa situação, após o ex-diretor-executivo da instituição Carlos Augusto Calil, publicar uma carta intitulada: “Cinemateca Brasileira pede socorro”. No documento, Calil destaca que o governo não depositou nem uma parcela do repasse anual de R\$ 12 milhões previsto para 2020. No mesmo ano, funcionários da Cinemateca fizeram uma vaquinha com o intuito de arrecadar R\$ 200 mil para o pagamento dos salários atrasados dos 62 funcionários da instituição.

Não é somente pelo governo que a cultura sofre boicotes, o Espaço Itaú de Cinema, localizado na Rua Augusta, em São Paulo, perderá o seu espaço após a venda do imóvel para uma incorporadora; o local será demolido para a construção de um prédio residencial. Em entrevista à Folha de São Paulo, o proprietário do cinema afirmou que: “Depois de dois anos de pandemia, com a atividade mais fraca, nós estamos em um momento de recuperação, não de investimento. Fizemos um trabalho de 30 anos na Augusta, o cinema foi essencial para transformar a rua. Isso aqui nos anos 1990 estava triste, mas, infelizmente, na lógica da cidade, o nosso papel, de cinemas, teatros, restaurantes, é de embelezar. Damos vida à cidade, mas nesse momento ela está mudando e os pequenos negócios sofrem.”

© Leonardo Finotti



Complexo de Cinemas do Espaço Itaú, na qual uma de suas unidades irá fechar o espaço anexo, após venda

Por fim, a falta de políticas públicas é uma das feridas mais cruéis que o cenário do audiovisual carrega. Além das censuras da Ancine, Bolsonaro colaborou com o desmonte das políticas públicas culturais no Brasil. Depois de derrubar a falecida Lei Rouanet, ele conseguiu vetar a Lei Paulo Gustavo – até o momento, o Congresso está tentando rever o veto – e a Lei Aldir Blanc 2, que seria a continuação da sua antecessora, responsável pelo financiamento de diversos filmes durante o período da pandemia. Enquanto a Lei Paulo Gustavo previa um orçamento de 3,8 bilhões de reais para apoio à cultura, a Aldir Blanc 2 traria três bilhões de reais.

Sobre o impacto do desprezo do governo às políticas culturais, Mirella Tozetto, estudante do curso de audiovisual na Fundação Armando Alvares Penteado, pontuou que: “A cultura no Brasil está “largada” e estes projetos deveriam fortalecer ou implantar propostas culturais em locais que não existem, onde a cultura não é tão presente”. Basicamente, o cenário cultural está em crise e as iniciativas do presidente colaboram para que a arte seja ainda mais elitizada e não alcance a periferia. Mirella afirmou que a aprovação da Lei Paulo Gustavo teria sido de extrema importância para a área, e que, “infelizmente, no Brasil, as pessoas têm uma noção de que a cultura do teatro e do cinema é feita para a elite. Esse pensamento faz certo sentido, pois os brasileiros com mais aproximação a projetos culturais são da elite, o que é horrível para a economia e inteligência do povo brasileiro”.

As iniciativas que sofreram censura teriam grande potencial para movimentar a economia, trazendo mais oportunidades tanto para os artistas e obras que seriam beneficiadas, quanto para as populações que carecem de atividades culturais.

Medida Provisória e o mito da hospitalidade brasileira

O longa-metragem de Lázaro Ramos retrata um Brasil que expulsa pessoas “de volta para seu lugar de origem”, borrando a fronteira entre realidade e ficção



© Mariana Vianna/Divulgação

**Taís Araújo
como Capitu em
Medida Provisória,
no Afrobunker**

Por Bianca Novais e Fernanda Querne

O filme *Medida Provisória*, primeiro de Lázaro Ramos como diretor de ficção, se passa em um Brasil distópico cujo governo implementa uma política pública de emigrar os cidadãos de “melanina acentuada” para África, com roupagem de reparação pelos séculos de escravidão. O que parece exagero com licença poética, infelizmente é o espelho da realidade de diversos imigrantes, com etnias e nacionalidades específicas, que ouvem o brasileiro médio bradar “volte para o seu país”.

O trem que chega é o mesmo trem da partida

A película de Ramos estreou no Brasil em abril de 2022, porém, sua primeira exibição ocorreu em um festival de cinema em Los Angeles, EUA, em março de 2021. Taís Araújo, que interpreta a protagonista Capitu, e o seu esposo e diretor atribuem à censura como motivo para o “atraso burocrático” de mais de um ano para a estreia; ocorrendo enfim, a liberação pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Tal demora foi consequência de boicotes convocados por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal), alegando que o filme associava o governo a crimes de racismo.

Da mesma forma, o verdadeiro vilão do longa não é o Ministério da Devolução, responsável pela Medida Provisória 1.888, mas sim o imaginário distorcido dos brasileiros brancos, que aceitam e apóiam a determinação do Estado sobre quem pode ficar e quem deve partir da terra *brasilis*, ignorando que o Brasil sempre foi um país de estrangeiros.

O Museu da Imigração, na antiga estação de trem e Hospedaria de Imigrantes do Brás – que recebia os europeus e asiáticos que chegavam a São Paulo no início do século XX – possui o compromisso de expor

o entendimento da história das migrações no país através de seu acervo e pesquisa. De acordo com o Acervo Digital do museu, pelo menos 2,5 milhões de pessoas de 70 nacionalidades diferentes passaram pela hospedaria entre 1887 e 1978.

Com estratégia reversa, da adotada pelo governo do Brasil em Medida Provisória, a propaganda institucional de incentivo à migração europeia, no começo do século XX, buscava substituir a mão-de-obra dos negros recém-libertos nas regiões Sudeste e Sul por europeus, com o propósito de embranquecer a população. A mistura do racismo escravocrata com políticas públicas de incentivo à presença de imigrantes brancos resultou no imaginário popular, mundialmente difundido, de que nosso país é um paraíso para todos que vêm de fora.

“Acolhedor pra quem?”

A história de Moïse Kabagambe não foi bem assim. “Um jovem congolês refugiado demandou o pagamento atrasado, segundo sua família. Ele foi espancado até a morte.”, disse o *The Washington Post* em nota sobre o caso. Água de coco fresquinha com um taco de baseball ensanguentado – a vista praiana do quiosque carioca Tropicália, local do assassinato. O dia 24 de janeiro de 2022 evidenciou a xenofobia seletiva no jovem de 24 anos e a ilusão do país miscigenado acolhedor.

Tampouco foi a história de Zulmira de Sousa Borges Cardoso. Zuzi, como era conhecida, teve sua vida interrompida aos 27 anos, no outrora receptivo Brás, em 2012. A angolana estava finalizando seu mestrado em engenharia quando foi assassinada a tiros, em um bar onde estava com outros três conterrâneos, também alvejados. A motivação do crime, segundo o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), teria sido uma briga após

os agressores terem ofendido o grupo de Zuzi com frases de cunho racista.

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, há 1,3 milhão de imigrantes residentes no Brasil. De 2011 até 2022, os maiores fluxos foram da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos. Todos imigrantes, mas a recepção os distingue.

Giulia Santana, integrante do Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes (PROMIGRA), expõe essa direção étnica de ódio: “O Brasil aceita muito bem os imigrantes dependendo de onde eles vêm. Se for de um país africano ou um país com grande enfoque midiático como a Venezuela ou a Bolívia, existe muito preconceito. O que é muito diferente no caso dos europeus.”

A seletividade fica exposta não apenas quando olhamos para o passado. Sobre como a Guerra na Ucrânia desviou a atenção do público para as questões migratórias no Brasil, Santana foi categórica: “Não havia uma grande discussão nacional sobre os imigrantes. Então, não ofuscou porque não existia.”

PROMIGRA é um projeto de extensão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que orienta gratuitamente imigrantes, refugiados e apátridas sobre as questões jurídicas. O projeto não só regulariza os estrangeiros no Brasil, como também atende questões trabalhistas, de cidadania e de direitos humanos.

A Coordenadora de Projetos do “Ven, TúPuedes!”, ação da ONG Visão Mundial, Amanda Ferreira, também fez observações sobre a distinção que a cultura brasileira faz dos estrangeiros. “Esse é um tema bem delicado, porque é transversal a outras pautas de minorias sociais, principalmente raciais. Dizer que ‘o Brasil é um país acolhedor’, ele é acolhedor para quem? A gente sabe que a recepção de um imigrante europeu ou norte-americano é muito diferente da recepção de um latino-americano, de um imigrante de país africano ou de um país asiático.”

Amanda chama atenção para o que, de fato, é receptividade: “O acolhimento é afetivo, mas ele precisa também ter acesso a direitos”, introduzindo no debate de imigração como a falta de acesso a serviços públicos, que impossibilita a integração socioeconômica dessa população no país.

Afrobunkers reais

O bairro da Liberdade, em São Paulo, é famoso por sua tradição asiática, em especial a japonesa. O entorno da estação de metrô com mesmo nome é decorado com postes de luz, semáforos e outros detalhes

urbanos inspirados na Era *Meiji*, proporcionando cenários lindos para fotos turísticas e aficionados pela cultura oriental.

Descendo a Rua dos Estudantes, o cenário fica menos agradável aos turistas, mas é para onde os estrangeiros que não cabem na estética da Praça da Liberdade são relegados. A Rua do Glicério, que também fica nessa parte do bairro, compõe a São Paulo empobrecida e negligenciada pela prefeitura, onde muitos imigrantes e refugiados habitam.

Os bairros do Brás e Luz ainda recebem grandes populações de pessoas fora do país, nos mesmos moldes precários. De acordo com o Observatório das Migrações Internacionais, mais de 200 mil imigrantes de longo termo chegaram ao Estado de São Paulo entre 2010 e 2019. Venezuela, Paraguai, Bolívia e Haiti são os principais países de origem.

Neste endereço fica a Igreja Nossa Senhora da Paz, sede da instituição filantrópica Missão Paz, que trabalha com imigrantes e refugiados desde 1930. Além da igreja, a instituição conta com o abrigo Casa do Migrante, o Centro de Estudos Migratórios e diversos projetos e serviços voltados para estrangeiros, apátridas, solicitantes de refúgio e refugiados, com a missão de integrá-los socialmente e politicamente no Brasil.

O **Contraponto** acompanhou um dos mutirões de acolhimento organizados pela Missão Paz. O evento contou com diversas entidades prestando serviços como: atendimento oftalmológico, orientação jurídica, apoio para reencontro de familiares e inclusão no mercado de trabalho.

Os mutirões são um dos principais meios para que organizações como a Visão Mundial e a PROMIGRA consigam alcançar o seu público-alvo. É o que nos conta o Assessor de Proteção também do “*Ven, TúPuedes!*”, Rafael Paixão. “O projeto tem parceria com abrigos e locais de acolhimento dessa população em toda a cidade de São Paulo. Temos também a demanda espontânea, que são pessoas que nos conhecem porque ouviram falar ou um colega já foi atendido.

Isso chega através de telefone ou de nossos outros canais de contato.”

Rafael também nos explica mais sobre o “*Ven, TúPuedes!*”, que é voltado para a empregabilidade e o empreendedorismo da população imigrante e refugiada, especialmente – mas não apenas – venezuelana. Eles atuam com o apoio na documentação, capacitação de forâneos e na sensibilização de empresas. “Muitas delas desconhecem que podem contratá-los e quais documentos devem exigir para a contratação. Também encaminhamos perfis e currículos dos imigrantes para colocação nas vagas.”

No eixo do empreendedorismo, o projeto oferece cursos voltados para essa área e opções de “capital semente”. Amanda Ferreira apresenta resultados positivos do programa, apesar das dificuldades: “Ainda que as pessoas cheguem com muita capacitação técnica, é difícil fazer revalidação de diploma no Brasil, então a maioria acaba indo para vagas operacionais e administrativas. Com os cursos de capacitação, conseguimos melhorar as posições de entrada no mercado de trabalho, principalmente em São Paulo; nós recebemos diversas empresas que precisam de atendimento bilíngue.” De acordo com o site da organização, 7.200 pessoas já foram beneficiadas pelo projeto desde 2018, em Roraima e Manaus, por onde a maioria dos refugiados venezuelanos chegam ao Brasil, e também em São Paulo.

Além de promoverem a subsistência autônoma dessas pessoas, o “*Ven, TúPuedes!*” também se compromete a garantir que essas experiências sejam seguras. “Atendemos pessoas que já passaram por violações de direitos, principalmente laborais, mas também direitos humanos de maneira geral – violência baseada em gênero, menores desacompanhados e tudo o que pode atravessar o trajeto migratório – nós encaminhamos para redes de proteção do Estado.”, explica o assessor.



© Gustavo Porcino

As repórteres **Fernanda Querne** e **Bianca Novais** entrevistam **Giulia Santana**, do PROMIGRA

Infelizmente, são inúmeros os casos de imigrantes, em especial bolivianos e venezuelanos, submetidos a trabalho análogo à escravidão. Em 2014, a revista Carta Capital denunciou uma fábrica têxtil na cidade de São Paulo que mantinha 37 bolivianos nessas condições, produzindo roupas para a varejista Renner. No mesmo ano, foi divulgada pelo Ministério Público do Trabalho a sentença contra as Lojas Pernambucanas pelo mesmo crime. Em 2021, a Agência Mural de Jornalismo das Periferias divulgou uma reportagem sobre dez peruanos encontrados em condições precárias de subsistência e trabalho na Zona Leste da capital paulista.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), a Defensoria Pública da União (DPU) e a do Estado (DPE) são alguns dos órgãos públicos que oferecem auxílio à esse público, tanto no âmbito social quanto no jurídico.

Giulia Santana também faz parte do DPU e lista algumas competências do órgão, como regularização migratória, solicitações de residência e de refúgio, emissão de visto para reunião familiar, orientação e atuação jurídica. Além de alcançarem pessoas que precisam, Santana pontua outra vantagem dos mutirões: “Um problema nunca vem isolado, então é fundamental que as entidades se conectem para conseguirmos encaminhá-los de uma para a outra. Essa é a ideia do mutirão em si, unir serviços que estão separados em um único local.”

A personagem Capitu é resgatada por seus companheiros enquanto fugia da polícia, que estava caçando “candidatos ao programa de devolução”. No *Afrobunker* em que foi acolhida, teve acesso a cuidados, companheirismo de seus pares, mas principalmente, teve a chance de compor a resistência organizada contra a opressão estatal e social de sua realidade, reivindicando seu direito de existir no país.

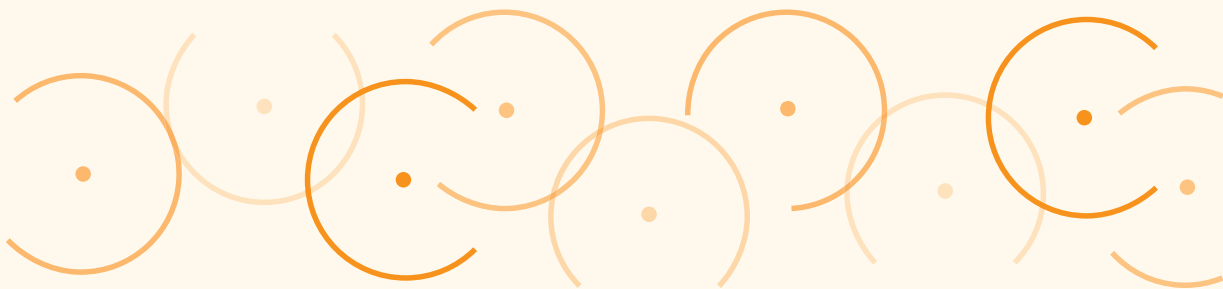
Este é o verdadeiro Brasil de todos os povos, que faz jus ao mito e que deveria emergir do subsolo, como eram as comunidades resistentes no filme. Saindo das áreas marginalizadas das cidades, para abraçar não só todo o território nacional, mas atravessar as suas fronteiras.



© Fernanda Querne

Igreja Nossa Senhora da Paz, na Rua do Glicério

Como sempre foi.



Tomás Furtado dos Santos

QUE NEM AQUELE MEME que a neta lhe passou um dia desses e não achou graça, Marlene estava sentada na cadeira ao lado com a cabeça pesando enquanto Quetelyn, pronunciada como Ketelyn, estava cuidando dos procedimentos necessários para entrar no computador da *Lan House*. Logando no e-mail dela, aprovando a verificação no celular de que era ela mesmo que estava acessando a conta da sua bisavó em outro aparelho, encontrando o e-mail que Marlene tinha recebido semana passada e entrando no link encaminhado pelo Departamento de Justiça.

O portal da Defensoria Pública de São Paulo tem um botãozinho no canto esquerdo da tela em que parece uma carta. Dessa vez, dava para intuir que, quando ela mudava de cor, do cinza para o verde, queria dizer que estava tudo certo e que provavelmente dava para começar a falar com o advogado. “Manda um ‘oi’ para ele, Ketelyn”.

Quetelyn aperta as três teclas e aguarda. As duas vão ficar lá por um tempo, uns dez, quinze minutos, meia hora. “Ketelyn, tem alguma coisa errada, você entrou no e-mail certo?” Hoje não era um dia bom para começar uma audiência, estava muito calor e o ventilador daquele lugar não estava adiantando muito, “Não sei, Bisa, vamos esperar mais um pouco que os advogados demoram para responder mesmo”.

Marlene achou bem cara de pau da parte da prefeitura dizer que ela tinha agendado as reuniões para decidir a guarda do Kaique, escrito como se fala, ou talvez a Quetelyn tivesse visto errado, porque uma reunião indica que você estaria falando com uma pessoa. Até agora, desde que recebeu aquela intimação pelo correio, ela só estava preenchendo formulário e gastando uma grana na gráfica para escanear documentos, já que eles não aceitavam foto no celular.

Daí chega a primeira mensagem, pequenininha, num cantinho da tela. A carta se abre e sai uma caixa longa de texto, que nem no *WhatsApp* ou aqueles outros aplicativos de conversa. “Ou, Ketelyn, chegou uma mensagem. Vê aí o que diz”.

“Olá, sou Rafaela, da Secretaria de Defensoria Pública de São Paulo, como posso ajudar?” As duas se olham por uns segundos. Em seguida, Quetelyn começa a digitar: “Olá, Rafaela, eu recebi uma intimação que dizia para eu acessar esse link para conseguir um advogado público”.

“Um minuto, vou te passar para o departamento de advocacia, aguarde”.

Silêncio, se passa mais um tempo, cinco, quinze minutos. Em seguida chega outra mensagem, depois de meia

hora. Quetelyn começa a mexer de novo no computador. Marlene se levanta da cadeira e segura a mão da bisneta: “Quetelyn, o que você está fazendo aí? O que ela respondeu?”

“Olá, sou Rafaela, da Secretaria de Defensoria Pública de São Paulo, como posso ajudar?”, daí eu disse: ‘Olá, Rafaela, eu recebi uma intimação que dizia para eu acessar esse link para conseguir um advogado público’”.

“E o que ela respondeu?”

“Ela está pedindo o número serial da intimação para checar o caso, a gente escaneou ele, né?”

Não. Ela não escaneou. Marlene começa a mexer na sua bolsa, com estampa de oncinha, até conseguir extrair aqueles maços de papel amassado. Os números ela sabe ver, resolvendo dar o palpite que aquela sequência de quinze dígitos no começo do documento deve ser o que a tal da Rafaela estava pedindo. Dita um por um o código para a sua bisneta. “Ok, Ketelyn, e agora?”

Marlene achou meio desconfortante a demora da jovem para responder. “Ketelyn, e agora?” Ela aponta para tela:

“Um minuto, vou te passar para o departamento da criança, aguarde... Daí o nome dessa outra pessoa é...”

“Tá! Tá! Não importa, escreve aí, explica logo a situação do Kaique!”

Nesse momento, a garota olha para a sua bisavó e para o relógio no canto da sala. Está bem perto do horário da aula dela começar, ela esperava que a reunião fosse durar mais ou menos uma hora, mas, tecnicamente, nem começou.

“Bisa, olha, é o seguinte: eu estou atrasada e você não está ajudando. Eu vou pegar uma água, dar uma pausa e daí eu volto para te ajudar”

“Mas você sabe como esse pessoal da advocacia funciona! Se você ficar cinco minutos sem responder eles vão embora!”

Quetelyn se levanta da cadeira, apontando para a tela do computador:

“Então você senta aqui no meu lugar e responde!”

E sai da *Lan House*. O ventilador continua ligado, mas ainda está quente. Marlene olha para a tela do computador, um quadrado branco com retângulos menores dentro, as letras ficam meio grudadas umas nas outras. O.L.A.E.U.S.O.U.A.B.R Não, não está certo.

“Ketelyn, vem cá!”

Mas a sua bisneta já está longe, tomando um ar, preferindo enfrentar do que ficar do lado dela. Aparece mais um retângulo naquela caixa de mensagens, mas Marlene já desistiu, colocando sua cabeça entre as pernas, em derrota, porque Marlene não sabe ler.

NBA cresce no Brasil e populariza o basquete para além das quadras norte-americanas

Marca consolidou expansão em território brasileiro, onde já conta com 45 milhões de fãs; entenda como essa expansão aconteceu

Por Gustavo Pereira, Manuela Pestana e Matheus Lamberti

Com quase 80 anos de história, a NBA (National Basketball Association) é a mais tradicional liga de basquete do planeta. Apesar de norte-americana, costuma reunir os grandes talentos do esporte ao redor do mundo – e essa expansão global não se restringe às quadras. Países para além de Estados Unidos e Canadá viram a moda da NBA “explodir” em seus territórios; o Brasil, inclusive, se tornou um dos maiores mercados da liga nos últimos anos.



© Divulgação/NBA

Luka Dončić e Stephen Curry em jogo da NBA

Nos Estados Unidos, a NBA cultiva sucesso desde os anos 1960. No Brasil, tardou um pouco para chegar: a Bandeirantes foi a responsável pelas primeiras transmissões do “melhor basquete do mundo”, no final dos anos 1980. Após a virada do século, a NBA passou a enxergar o país como um público-alvo. No início dos anos 2000, grandes nomes do basquete brasileiro jogaram por lá – Anderson Varejão, Leandro Diniz e Nenê são alguns dos mais bem-sucedidos –, e os executivos da liga passaram a facilitar a transmissão de jogos em território nacional.

Em entrevista ao **Contraponto**, o produtor de conteúdo Sidney Gabriel (conhecido como *Dois Por Cento*) contou sobre a dificuldade de acompanhar a NBA no início do século. “Era difícil. Para você ter uma ideia, eu via o Allen Iverson no NBA Action [programa exibido na Band]. Em casa, tinha TV de tubo, nem conseguia ver direito (risos), e eu passei anos achando que o Iverson jogava no Bulls. Fui ter TV a cabo em casa em 2006 e, naquela época, ainda passavam poucos jogos”, relata.

A popularização da TV a cabo e da internet facilitaram o acesso às transmissões no Brasil, mas nunca se viu uma audiência tão impressionante como nos últimos anos. Segundo pesquisa do Ibope

Repucom, a NBA registrou 45 milhões de fãs no primeiro semestre de 2021 – crescimento de 31%, em comparação a 2019.

O executivo Rodrigo Vincentini, head da NBA no Brasil, anunciou, em diversas entrevistas, um crescimento de 50% nos números gerais da liga no país durante os últimos anos. Nesta temporada, a NBA registrou aumento de 16% na audiência brasileira. Apenas três países fora dos Estados Unidos registraram audiência maior.

O crescimento foi registrado durante a pandemia do coronavírus, que não parece ter afetado – e sim, alavancado – a NBA.

Muito disso se vale de uma decisão tomada no primeiro semestre de 2020: retomar a temporada 19-20, que tinha sido paralisada por conta da alta da Covid-19, em uma “bolha” na cidade de Orlando, na Flórida, onde apenas jogadores e comissão técnica dos times envolvidos poderiam comparecer. Em meio à testagem massiva e regras de quarentena, a NBA programou seu retorno para agosto, antes da maioria dos esportes ao redor do mundo.

A “bolha” foi um sucesso. Foram 22 times confinados entre agosto e outubro e, nesse período, nenhum caso foi registrado. Após 205 jogos disputados, o Los Angeles Lakers, do craque LeBron James, se sagrou campeão. Para Dois Por Cento, grande parte da expansão da liga se deve a esse evento. “A bolha ajudou. Era muita gente em casa e acho que o basquete era o único esporte que estava passando, então teve uma galera que não só começou a consumir basquete durante a bolha, mas também começou a produzir”.

A avaliação do criador coincide com a dos torcedores ouvidos pelo **Contraponto**. Para o professor Alexandre Moraes, o evento acabou trazendo-o para a NBA. “Sempre estudei e trabalhei. Quando terminei a faculdade, entrei em dois empregos. A pandemia nos obrigou a ficar em casa e, na busca por entretenimento, comecei a acompanhar”. É a mesma realidade do jornalista Gabriel Nery, que diz que não se aproximaria da liga sem a bolha. “Principalmente por estudar e trabalhar, seria difícil acompanhar, já que os jogos terminam tarde”, conta. “Durante a pandemia, fiquei muito em casa e consumi mais esportes. Meu irmão já acompanhava a NBA, e comecei a assistir com ele”, conclui.

No caso de Bruno Spina, estudante de arquitetura, o basquete não só passou a ser algo fixo em suas noites de quarentena, como também virou uma tradição. “Na pandemia, eu comecei a acompanhar os *playoffs*, e vi todos os jogos. Meus pais

também começaram a assistir, já que estávamos todos isolados, e virou um vício da família”, conta.

O público jovem da liga tem aumentado e um dos motivos para essa ascensão foi o “boom” de novos talentos. É o que explica Rodrigo Lazarini, comentarista da TNT Sports: “A NBA soltou os quintetos ideais e a gente vê uma transição. O Luka Dončić, pela terceira vez, está no time ideal da NBA, com apenas 23 anos. O jovem pensa ‘Eu tenho 20 anos, o Trae Young tem 22... Quase a minha idade! Então eu vou querer me vestir como o Trae, vou querer estar perto do cara ali’. Isso aproxima ainda mais o público jovem”.

A marca NBA se fortificou no Brasil, com 18 lojas ao todo. Uma delas, localizada no Morumbi Town Shopping, em São Paulo, é a maior da América Latina, com cerca de 1.500m². Muito mais que a venda de produtos licenciados, o objetivo desses espaços é a aproximação dos fãs com a marca.



© Divulgação/NBA

Quadra com o tamanho oficial da liga na megaloja da NBA no Morumbi Town Shopping

A NBA também consolidou seu “estilo” entre o público e, claro, entre os fãs. “Eu visto a NBA dentro e fora de quadra”, conta Dois Por Cento. “Qualquer ‘rolê’ aí ‘tô’ com uma regata ou referência de basquete. E também o estilo, né? As tranças são inspiradas no Allen Iverson. Desde que eu comecei a acompanhar, é um estilo que eu mantenho. Gosto de sair, ver as pessoas olharem e pensarem: ‘esse cara joga basquete’”.

Além disso, a marca tem um evento próprio para os apaixonados pelo esporte. A NBA House, que acontece em São Paulo durante as Finais, reuniu de forma presencial 30 mil pessoas em 2019 e, em 2021 – já de forma remota –, mais de 200 mil. O evento retornou presencialmente este ano. Lazarini destaca a importância de eventos como esse para criar uma base de fãs engajada. “Ali você tem o melhor do ‘suco’ da NBA, pois junta o pessoal que ama o basquete em um espaço só. Eu posso assistir ao jogo, mas, no momento do intervalo, ir comprar uma camisa ou ver o pessoal que está ali trabalhando no dia a dia da NBA”.

A Impunidade de atos racistas no futebol

Tal esporte, que deveria ser um espetáculo, passa por um processo de injúria racial em seus estádios, principalmente, no futebol sul-americano

Antônio Bandeira de Melo Carvalho Valle, Gustavo Henrique de Castilho Manfio, Lucca Cavalheiro Ranzani, Thiago Frasca Scorvo Filho e Vinicius Pereira Vilas Boas

Na história do futebol, a população negra sempre lutou por respeito dentro e fora de campo, contra uma sociedade onde o preconceito é majoritário. Apesar das décadas de ativismo em oposição às atitudes racistas, as pessoas afrodescendentes ainda sofrem com o preconceito racial nos estádios.

Em 2022, os casos de racismo presentes no futebol obtiveram um aumento relativo, principalmente na mais importante competição internacional da América do Sul: a Libertadores da América. Torcedores do Corinthians, Fortaleza, Fluminense, Flamengo, Palmeiras e Red Bull Bragantino receberam inúmeros gestos racistas das torcidas adversárias – entre elas: argentinos, chilenos e equatorianos – durante os jogos disputados.

Embora o racismo seja considerado um crime, as autoridades e a instituição que organiza a competição, CONMEBOL (do espanhol, *Confederación Sudamericana de Fútbol*), pouco punem os atuantes. Essa situação fica clara, pois os clubes sofrem poucas sanções pelos atos de suas torcidas, sendo punidos apenas com uma multa financeira.

Os casos de racismo na Libertadores em 2022

Na Copa Libertadores da América deste ano, o racismo no futebol voltou a ser pautado logo no início, na pré-Libertadores, quando o Fluminense enfrentou o Millonarios, na Colômbia. Nesta partida, após o apito final, começaram a aparecer vídeos em páginas colombianas, cujos torcedores ofendiam os brasileiros.

Durante a fase de grupos, os times brasileiros voltaram a sofrer com o preconceito. No jogo entre River Plate e Fortaleza, a torcida brasileira foi vítima, na Argentina, de atos racistas, com um torcedor arremessando uma banana pela arquibancada. Além da punição de 30 mil dólares ao clube, o River suspendeu o indivíduo por seis meses em seu estádio e o obrigou a fazer um curso de conscientização.

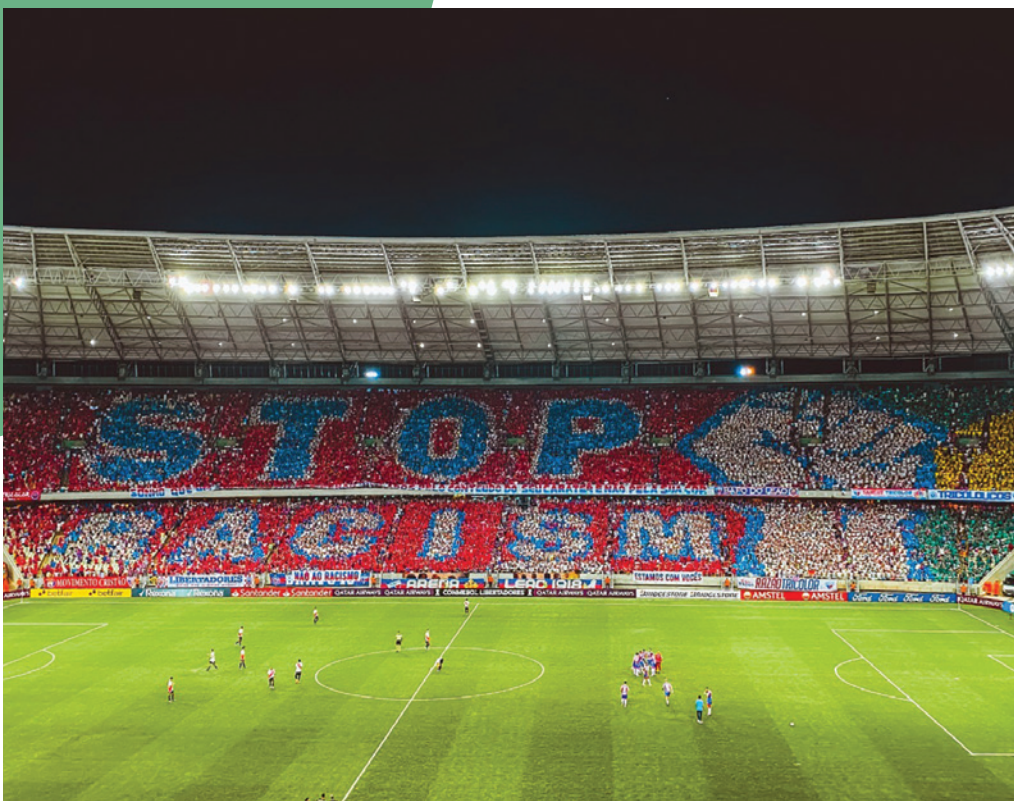
Em uma derrota por 2 a 0 fora de casa, a torcida do Red Bull Bragantino relatou outro episódio de injúria racial vindo da torcida do Estudiantes – os argentinos foram filmados gritando a palavra “mono”, que significa macaco em espanhol, para se referir aos torcedores do Brasil.

No Brasil, o Corinthians jogou contra o Boca Juniors na Neo Química Arena e, durante a partida, um grupo de torcedores fizeram gestos e imitações racistas. Consequentemente, um torcedor argentino foi preso, mas liberado depois de pagar sua fiança. Na Argentina, o mesmo torcedor foi impedido pela justiça local de entrar em estádios de futebol nos próximos dois anos, mas o clube de Buenos Aires não escapou da punição financeira de 30 mil dólares.

Pelo Chile houve mais um episódio de racismo – com violência – na partida entre Universidad Católica e Flamengo, no qual chilenos reproduziram inúmeros gestos de discriminação aos torcedores flamenguistas e atiraram pedras, garrafas e sinalizadores, ferindo uma criança presente na arquibancada.

Em uma partida ocorrida no Allianz Parque, um caso envolvendo os torcedores equatorianos do clube Emelec, com vídeos da torcida gritando “macacos” aos palmeirenses, viralizaram nas redes sociais.

O Observatório Racial do Futebol, a pedido da CNN, fez um levantamento que demonstrou um recorde de registros de injúrias raciais nas copas sul-americanas. Foram, ao total, dez casos (a pesquisa



Manifestação contra o racismo da torcida do Fortaleza, no jogo contra o River Plate

apontou nove, mas teve um registro posterior), todos contra brasileiros. Foram sete casos na Copa Libertadores da América e três na Sul-Americana. Com a fase “mata-mata” e a final, no Equador, podemos vivenciar mais situações trágicas de racismo, caso as sanções continuem sendo inócuas.

Na pele do torcedor

Quando se vai a um jogo de futebol, os torcedores esperam ver gols e cantos de apoio ao seu clube, mas às vezes, se deparam com práticas racistas ou violências físicas e verbais, tais quais, não deveriam existir. Diante disso, um dos principais problemas nessas situações é a falta de amparo e proteção às vítimas, que vão apenas para assistir seu clube do coração e sofrem com o preconceito, o qual desencadeia na dor de suas raízes e identidades.

A tristeza perante essas situações remove todos os verdadeiros amantes do esporte, como é o caso do torcedor palmeirense, Roberto, que na partida entre Palmeiras e Deportivo Táchira, relatou sua angústia: “Eu sinto uma frustração porque sou negro, e o que me deixa mais triste é fato dos acusados aparecerem na mídia, que querendo ou não, utilizam dessa atenção negativa para continuar aparecendo, sem perceber que é um crime”.

Além do desgosto dos torcedores com esses acontecimentos, a insatisfação é perceber que cada vez mais os culpados estão se sentindo à vontade para cometer tais crimes. “A lei não ajuda ao nosso favor e os culpados saem ilesos. Quem está no estádio gosta de assistir futebol, então banir o indivíduo é o maior castigo. As atitudes precisam partir dos clubes e instituições do esporte, já que na lei sempre se encontra uma brecha para esse crime, dá a impressão de estarmos sempre desprotegidos”, comentou, Roberto.

Por enquanto, apesar da falta de sanções eficientes, a melhor forma de a torcida lutar contra esse problema é não se calar. Fora as filmagens postadas, um dos exemplos foi dos torcedores do Fortaleza, no qual decidiram responder o episódio de racismo sofrido na Argentina, com o jogo da volta no Brasil, produzindo mosaicos que repercutiram as mensagens: “juntos na luta” e “stop racism”. Além do goleiro do clube, Max Alef, usar luvas com mensagens sobre a luta antirracista.

O racismo enraizado nas nações latino-americanas

Ainda que a luta contra o racismo seja mundial, os casos na América do Sul demonstram uma cultura arraigada nos povos latino-americanos. Em entrevista com o professor de ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), do Museu do Futebol, em São Paulo, José Paulo Florenzano, explica a questão histórica desses casos.

Segundo ele, a formação das nacionalidades latino-americanas tem o racismo arraigado à sua história, ligado principalmente às elites, que se vêem associadas à Europa, discriminando os povos originários e negros. Além disso, para Florenzano, a questão específica do Brasil tem um ingrediente a mais: “A rivalidade esportiva é constituída em um campo privilegiado da manifestação do racismo, em relação a uma sociedade brasileira muito identificada com a negritude, pela presença significativa de um contingente da população descendentes de africanos.” O que diverge das outras populações sul-americanas, as quais não são compostas pela mesma quantidade de pessoas pretas e que os leva a usar o racismo na relação de alteridade entre os países.

Portanto, a discriminação racial presente nos imaginários dessas sociedades se alimenta do esporte, encontrando nele um palco de teatralização das manifestações racistas. Esses casos, explica o professor, são encarados como normais, se enquadrando em uma cultura natural e estática do futebol, vistos apenas como uma forma de desestabilizar o adversário, sem ser algo moralmente questionável. É visto como um capítulo da história da rivalidade esportiva do Brasil contra outros países da América Latina. O cientista social, para exemplificar, explica que a injúria começou a ser introduzida no meio futebolístico na década de 1920 quando o Brasil se pôs como grande rival ao jogar na Argentina, após ganhar o campeonato sul-americano de 1919.

Sobretudo, para questionar essa cultura que parece imutável do futebol da América do Sul, Florenzano aponta o racismo na própria sociedade brasileira

e “o quanto que a cumplicidade dos governantes do Brasil hoje, principalmente, com as manifestações racistas, fragiliza a luta contra a discriminação racial na CONMEBOL e outras esferas da vida social.”

Como melhorar esse problema?

Resolver esse crime está muito além do futebol, mas melhorias já vêm e podem continuar sendo feitas, como nos explicou o mestre em direito desportivo e colunista do “Lei em Campo”, João Paulo Di Carlo. “Antigamente, os valores eram irrisórios e não puniam da maneira correta os infratores. Com o aumento do valor mínimo da multa e a previsão de fechamento parcial ou total do estádio, além da suspensão das partidas, creio que já nos equiparamos aos regulamentos das grandes Ligas europeias.”, comenta. Fora isso, recentemente a CONMEBOL anunciou o aumento das multas de 30 mil dólares para 100 mil.

Se o clube alcançar a punição de jogos com portões fechados, o prejuízo tanto no lado financeiro, como do esportivo, podem desestimular a repetição desses atos tão graves. Porém, além dessas sanções, para Di Carlo, a discussão sobre o racismo ultrapassa o futebol, é um problema da sociedade e precisa ser tratada com mais seriedade, seja dentro de casa, nas escolas e no meio desportivo.

Adiante, outro fato importante é pensar em leis governamentais mais severas e na opinião do advogado estamos caminhando para isso: “Recentemente, o Senado aprovou um importantíssimo Projeto de Lei que tipifica como racismo o crime de injúria racial ocorrido em praças desportivas. Aumenta-se a pena para quem praticar esse tipo de conduta. Apesar disso, a lei é apenas um passo inicial, pois deve ser acompanhada de medidas educativas e campanhas de conscientização, visto que o poder público, os clubes de futebol e a Confederação Brasileira de Futebol devem agir em conjunto para impedir essas práticas”, explica.

Se essas medidas seguirem vigentes, poderemos assim, apagar de vez essa conduta repugnante ainda presente na nossa sociedade e nos esportes. Para assim, o futebol voltar a ser holofote de entretenimento e paixão, sem marcas preconceituosas.

O futebol ainda é do povo?

Uma dos maiores traços do esporte é ser uma esfera popular. Nos últimos anos, um ato cruel de elitização levanta essa questão

Felipe Abel Horowicz Pjevac, Giulia Cicirelli, Matheus Táparo Santariano, Pedro Lima Gebrath e Pedro Paes Barreto Monteiro

O futebol surgiu na Inglaterra na década de 1830 como um exercício reservado às elites e aos donos de fábricas. Com o passar do tempo, o esporte foi ganhando espaço entre as camadas operárias daquela sociedade, principalmente pela necessidade da formação de equipes e pela facilidade de ser praticado apenas com uma bola.

Durante o século XX, o esporte assumiu o posto de mais popular do mundo, acompanhado da criação da Copa do Mundo e de diversos campeonatos nacionais. De acordo com a FIFA (do francês, *Fédération Internationale de Football Association*), cerca de 3,5 milhões de pessoas assistiram a pelo menos uma partida do Mundial de 2018.

Na última década, no entanto, o surgimento de estádios cada vez mais modernos e a elevação de preços de entradas em competições como a Copa Libertadores da América vêm trazendo à tona um debate sobre a elitização do futebol no continente sul-americano e as consequências disso para os amantes do jogo.

Ao redor do mundo, o Brasil é conhecido como “o país do futebol”. A origem do termo é incerta: enquanto alguns afirmam que a alcunha surgiu após o tricampeonato da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, título amplamente utilizado como propaganda pelos militares que governavam o país à época, outros argumentam que esse apelido já existia desde a época de Getúlio Vargas. Fato é que a relação entre o futebol e o povo brasileiro sempre foi

intensa, e o esporte sempre foi visto como um sonho para crianças de diferentes origens sociais.

O maior exemplo disso é o de Edson Arantes do Nascimento (Pelé), considerado um dos maiores jogadores da história, que cresceu em uma família pobre na cidade de Bauru, em São Paulo, e não tinha dinheiro para comprar uma bola, tendo que trabalhar em lojas de chá para complementar a renda de casa.

De acordo com pesquisas da Universidade de São Paulo, cerca de 90% dos futebolistas profissionais brasileiros vieram de classes mais baixas. Apesar disso, o espaço da arquibancada, que não costumava distinguir torcedores por questões econômicas, agora parece restrito a fãs com maior poder aquisitivo.

As alterações nos valores de ingressos da Copa Libertadores, torneio de clubes mais importante do continente, são um símbolo dessa elitização. Na edição de 2022 do torneio, a média do ingresso mais barato para jogos dos oito clubes brasileiros participantes chega ao valor de R\$122,50, enquanto o mais caro atinge R\$424,37.

Em comparação, durante a campanha do primeiro título em 1999, o Palmeiras comercializava as entradas a R\$16 – valor já corrigido pela inflação. Já a final da competição encareceu 382% nos últimos dez anos: enquanto o preço médio do jogo de volta da final de 2011 entre Santos e Peñarol custava R\$265 na época – valor corrigido para R\$475 pelo aumento do IPCA –,

o valor médio do ticket vendido na decisão entre Palmeiras e Flamengo, em 2021, disputada em jogo único, foi R\$2292,50.

“Eu tinha o desejo de ir para a final da Libertadores de 2020, em pleno Maracanã, mas o preço do ingresso era alto e somando custos de hospedagem, deslocamento e alimentação esse sonho ficou inacessível”, afirma ao **Contraponto** o produtor de conteúdo esportivo santista, João Pedro Pires, que lamenta a oportunidade perdida: “Não sei quando vai ser a próxima vez que meu time vai chegar numa final desse nível e não pude aproveitar a chance que eu tive”.

O *influencer* ainda fala sobre a enorme diferença de custos entre a Libertadores e outras competições: “Chega a ser até 50% mais caro ir para um jogo dependendo do campeonato”. Um exemplo é o caso do Flamengo: os ingressos rubro-negros mais baratos tiveram um crescimento de 275% do valor ao comparar o Campeonato Carioca com a Libertadores – de R\$12 para R\$55.

Mais um fator que alavancou o preço dos ingressos foi o surgimento das novas arenas e a modernização dos estádios no continente. Para a realização da Copa do Mundo de 2014 foram construídos ou reformados 12 estádios em território brasileiro; além disso, algumas equipes, como Grêmio e Palmeiras, decidiram remodelar seus campos para se adaptar às novas tendências.

Os benefícios que essas arenas trazem ao espectador – maior conforto, variedade de comidas, melhor visão da partida, interação com telões – naturalmente elevaram o preço dos bilhetes. Mesmo assim, torcedores defendem que esses acréscimos foram exagerados e desproporcionais.

“É triste esse aumento dos preços porque perde o caráter popular. Antes eu conseguia levar minha esposa e os dois filhos, era o programa do fim de semana. Hoje, somando o preço das entradas, da alimentação e do estacionamento, vale mais a pena ir para um cinema ou visitar um museu”, comenta Felipe Rangel, 51, torcedor do Palmeiras. Os próprios sites dos times grandes de São Paulo apontam que jogos mandados no Pacaembu, estádio tradicional e antigo da capital paulista, contam com médias de preço até R\$40 mais baratas do que em arenas.

Desde 2019, a final da Libertadores é disputada em jogo único marcado para um final de semana. Essa dinâmica foge do calendário tradicional da competição, que sempre contou com jogos no horário da noite em dias úteis, inclusive nos duelos decisivos de ida e volta.

O novo regulamento restringe uma grande parte dos ingressos a torcedores



© O Globo

Mais de 70 mil torcedores presentes no Morumbi viram o São Paulo ser campeão da Libertadores de 2005

locais, como na final da Libertadores de 2021 entre Flamengo e Palmeiras, disputada em Montevideu, Uruguai, no mês de novembro. Na ocasião, mais de 12 mil tickets foram destinados a moradores da região, que em sua maioria não eram torcedores de nenhum dos dois times.

Além de comprometer o espetáculo nas arquibancadas, esse cenário prejudicou os brasileiros que buscavam ingresso, pois a demanda muito maior que a oferta gerou tanto uma pequena disponibilidade quanto uma elevação nos preços.

Um outro evento que explicitou as falhas da final única no continente foi a final da Copa Sul-americana de 2021 entre Bragantino e Athletico-PR. Tanto athleticanos quanto massas-brutas enfrentaram problemas na compra de entradas para a partida, que contou com um público de apenas 6.173 espectadores, cerca de 9,4% da capacidade total do estádio Centenario.

Existem vários fatores que explicam a inviabilidade da realização de finais únicas na América do Sul, como a diferença de altitude, a taxa de criminalidade e baixo desenvolvimento social de alguns países ou a desigualdade social presente no continente.

A própria conversão monetária pode ser encarada como um complicador ao torcedor. Pacotes turísticos para Montevideu na data da final de 27 de novembro atingiram o valor de 20 mil reais, o que equivale a mais de um ano e meio de salários mínimos no Brasil. Passagens para a capital uruguaia foram vendidas a um mínimo de oito mil reais, um aumento de 433% em relação aos meses anteriores.

"Eu fui para o Uruguai para ver a final e para isso tive que deixar de fazer uma viagem com meu irmão para os Estados Unidos", diz Guilherme Ferrareis, 26, torcedor organizado do Palmeiras, que discorre também sobre o encarecimento de tudo ao redor da partida: "Era impossível comer um lanche em uma padaria sem gastar o dinheiro de uma refeição".

Paulo Siqueira, 36, apaixonado pelo Flamengo, deixou de ir ao Uruguai por questões financeiras e logísticas: "Ia para o jogo com meu filho de sete anos, mas oito mil reais numa passagem de avião? Vale mais a pena viajar de carro até o sul do país e de lá pegar um ônibus, mas isso já fica mais difícil para uma criança tão jovem."

Muitas dessas mudanças realizadas pela CONMEBOL (do espanhol, *Confederación Sudamericana de Fútbol*) são feitas para tentar reproduzir um padrão de sucesso internacional, visto que esse formato de final sempre aconteceu na Europa. Apesar disso, há diversas circunstâncias que explicam o porquê do Velho Continente estar mais preparado para colocar em prática esse modelo.

Um exemplo é a Liga dos Campeões da Europa, competição mais popular e tradicional do mundo: o torneio existe desde 1955 e só teve uma final disputada em dois



Procura por ingressos foi extremamente baixa na final da Copa Sul-Americana de 2021

jogos – temporada 1973/74. Outro fator que contribui para a realização desse modelo na Europa é a facilidade de trânsito entre os torcedores.

O transporte pode ser feito ou de avião, com viagens curtas e baratas, ou através de uma rede de trens que conecta o continente inteiro. A distância somada entre Paris – cidade da final da Champions League em 2022 – e Madrid para Liverpool – cidades dos times que disputaram a decisão – é de 1.905 km, menos do que as de Montevideu à capital paulista (1967 km) ou à capital carioca (2363 km). É inegável que a realidade sócio-econômica da Europa é muito diferente daquela vivida no continente sul-americano.

Outra crítica relativa a esse processo de despolarização do futebol é a respeito do "novo público" que passou a frequentar os estádios e dos adeptos mais tradicionais que perdem essa oportunidade no dia a dia.

Muitos torcedores que acompanham a trajetória da sua equipe de coração nas fases iniciais de campeonatos não conseguem comparecer aos jogos mais importantes por conta de preços abusivos e indisponibilidade de ingressos.

"Acho uma tremenda sacanagem isso que fazem. Tenho vários amigos que iam a todos os jogos até 2014, mas por causa dos preços pararam de ir. É justo para os que acompanharam o time durante a vida inteira perderem a melhor fase do Palmeiras por dirigentes que só pensam em renda? Eles estão perdendo o foco do que é o futebol", revela Paulo Lima, 35, palmeirense que vai aos jogos do seu time desde os sete anos de idade.

Além disso, em muitas ocasiões as próprias instituições esportivas desvalorizam a presença dos seus fãs, oferecendo ingressos a celebridades, influenciadores e personalidades recorrentes na mídia, fator que atrapalha um dos grandes pilares de uma arquibancada de futebol: a postura do torcedor.

Uma torcida é encarregada de diversas funções durante uma partida de futebol: apoia sua equipe, vibra com gols, pressiona os adversários, faz com que cada um dos presentes sintam-se acolhido, canta e exhibe monumentos, esses são apenas algumas das responsabilidades delegadas a alguém que frequenta um estádio.

Com esse intuito, surgiram na década de 1970 as primeiras torcidas organizadas brasileiras, associações de torcedores que se dedicam a alentar suas equipes do coração por meio de roupas, músicas ou expressões visuais.

Com a elevação dos preços no futebol brasileiro e a cada vez maior preocupação com o marketing por parte dos clubes, porém, esses grupos de cidadãos têm sido cada vez mais marginalizados dentro do ambiente do jogo.

"Setores populares" são criados apenas para gerar a falsa sensação de inclusão, mas o que se vê nas cadeiras de torcida são fãs sendo agrupados em pequenos locais, enquanto o restante da bancada adota uma postura mais "europeia" de torcer, o que abrange a plateia sentada que não apoia o time e dificilmente canta ou se envolve emocionalmente com a sua equipe.

Esse fenômeno de segregação social dentro do estádio causa a perda da união de torcedores gerada pelo clima do jogo. "Fui para Montevideu e também vi ao vivo o Palmeiras ser campeão da Libertadores em São Paulo, em 1999. Nem se compara. Naquele jogo dentro do Palestra Itália, era possível sentir a presença de palmeirenses de todas as classes sociais unidos na torcida. No Uruguai, o clima já era bem diferente", queixa Ricardo Diecov, 40.

O palmeirense protesta contra as alterações sentidas no ambiente do próprio Allianz Parque durante os seis anos de existência do estádio: "Nós que somos torcedores mais apaixonados sentimos muito essa mudança na atmosfera. Hoje em dia é mais difícil inflamar o estádio, colocar pressão no adversário e acompanhar as organizadas nas músicas", finaliza.

Jogos de alto nível evidenciam despreparo e falta da profissionalização de árbitros no Brasil

Acontecimentos como a “Máfia do Apito”, em 2005, escancaram o problema no país

Por Davi Garcia, Gustavo Romero e Lucas Malagone

Muito se fala sobre os inúmeros problemas de desenvolvimento e do desperdício de potencial do futebol brasileiro: desde gramados ruins, calendário bagunçado, à desvalorização de técnicos. Mas, uma das principais causas da não evolução do esporte no país é a arbitragem.

Não é de hoje que o baixo nível da categoria é discutido, com decisões equivocadas e uma série de polêmicas e escândalos, como a “Máfia do Apito”, em 2005, no qual alguns árbitros manipularam resultados de partidas a favor de apostas.

O juiz Edilson Pereira de Carvalho, árbitro FIFA (Federação Internacional de Futebol) na época, interveio diretamente em 11 jogos, que posteriormente foram re-marcados, como o tão famoso confronto entre Corinthians e Internacional, em que os clubes disputavam a liderança do Campeonato Brasileiro daquele ano. A partida terminou empatada em 1 a 1, com um polêmico pênalti não marcado no jogador Tinga, que culminou na expulsão do meio-campista por simulação.



Suposto pênalti em Tinga, em um dos principais jogos envolvendo a Máfia do Apito

O esquema, denunciado pelo jornalista André Rizek e publicado na revista Veja, ocasionou na denúncia de Pereira de Carvalho à justiça, além de mais um árbitro, Paulo José Danelon, pelo crime de formação de quadrilha e falsidade ideológica. Porém, o Tribunal de Justiça de São Paulo avaliou que não houve alguma ação criminal.

Com a chegada do Árbitro de Vídeo (VAR) ficou ainda mais evidente o despreparo da categoria para apitar jogos de alto nível e muitos desses problemas decorrem da pouca ou nenhuma profissionalização da arbitragem no Brasil.

A precariedade da arbitragem afeta também os torcedores que, mesmo estando de fora, têm suas visões sobre a necessidade da profissionalização da profissão. Fernando Muro, torcedor do Palmeiras, em entrevista ao Contraponto, afirma que há uma necessidade de melhora em todos os ramos de quem apita os jogos. “Eu acho que a arbitragem brasileira deve melhorar muito. Ela é fraca até mesmo com o VAR, que demora muito para tomar decisões.”

Muro ainda comenta que a profissionalização dos árbitros é necessária, tanto no vídeo como também nos critérios dos juizes em campo. “Têm jogos que um lance é falta para amarelo, mas – em outro jogo – em um lance parecido o árbitro deixa o jogo rolar.”

O torcedor complementa: “O VAR chegou para mudar o futebol. Acho que é necessária uma preparação especial para essa ferramenta porque o jogo corre e, quanto menos intervenções, melhor. Por isso, é importante saber usar.”

Muro afirma que a qualidade da arbitragem está diretamente ligada à qualidade do jogo. “A partir do momento em que a autoridade máxima daquele jogo, que é o juiz, se dedica apenas àquilo na sua vida, ele tende a ser um melhor profissional, cometendo menos erros e deixando o jogo mais bonito, focando nos atletas e no espetáculo.”

Apesar de todos esses problemas, e de cada vez mais a arbitragem brasileira estar atrás de ligas renomadas como a Premier League, na Inglaterra, ou a La Liga, na Espanha, por que não há uma profissionalização?

A resposta é simples: está na lei que a categoria não pode ser profissionalizada. De acordo com a Lei Pelé, que rege as diretrizes do futebol brasileiro e amparado pela Lei Geral do Esporte, a arbitragem não pode ser profissional. Ela deve ser autônoma, permitindo a cada árbitro ter diversas profissões e tornando o apito uma forma de complementar uma renda.

Isso, de certa forma, impede a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de se dedicar a melhorar os profissionais da área: faltam cursos, treinamentos e planos de carreira – justamente por não ser



Quarteto de arbitragem da polêmica final do Paulista 2018, Palmeiras x Corinthians

a primeira profissão de muitos. Inglaterra e Espanha hoje são referências no meio, e têm métodos a serem espelhados.

Para um juiz entrar no ramo e se tornar profissional, ele tem de cumprir alguns requisitos, como ter no mínimo 18 anos e no máximo 38 anos, ensino médio completo e capacidade para realizar atividades físicas intensas. Além disso, terá de buscar um curso, com faculdades e instituições responsáveis por oferecer planos.

Árbitros das divisões de elite, que são associados à CBF e/ou FIFA, possuem calendário para o ano inteiro, com aproximadamente dois jogos por semana, recebendo de R\$2.000 a R\$5.000 por partida. Porém, para séries mais baixas e campeonatos de base, os juizes possuem um começo de ano atarefado. No entanto, no decorrer do ano a carga diminui, o que implica na maioria dos profissionais de menor calibre a conciliar outro emprego para que tenham uma renda fixa.



Manifestação contra o racismo da torcida do Fortaleza, no jogo contra o River Plate